

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
Centro de Economia e Administração
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sustentabilidade

**MICROCRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA – ASPECTOS
SUSTENTÁVEIS**

Davi de Pinho Spilleir
Orientador: Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella

Campinas
2018

DAVI DE PINHO SPILLEIR

**MICROCRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA – ASPECTOS
SUSTENTÁVEIS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella.

Campinas

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t330.342.151 Spilleir, Davi de Pinho.
S756m Microcrédito e economia solidária: aspectos sustentáveis/ Davi de
Pinho Spilleir.- Campinas: PUC-Campinas, 2018.
113f.

Orientador: Orandi Mina Falsarella.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Economia e Administração, Programa de Pós-
Graduação em Sustentabilidade
Inclui bibliografia.

1. Economia solidária. 2. Microfinanças. 3. Créditos. I.
Falsarella, Orandi Mina. II. Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Economia e Administração, Programa de Pós-
Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

CDU – t330.342.151

DAVI DE PINHO SPILLEIR

MICROCRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA – ASPECTOS SUSTENTÁVEIS

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de Mestrado em Sustentabilidade da PUC Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADO: 04 de dezembro de 2018.

Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella
(Orientador – PUC – CAMPINAS)

Profa. Dra. Celeste Aida Sirotheau Corrêa Jannuzzi
(PUC-CAMPINAS)

Prof. Dr. André Ricardo de Souza
(UFSCAR)

AGRADECIMENTO

Agradeço imensamente aos meus pais por todo o apoio e ajuda prestados durante todos esses anos. Sem eles, nada disso seria possível.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas de sala, que teceram copiosas contruições à construção do trabalho, em especial à minha querida Alice de Martini pelos profícuos debates e pelo muito ensinado.

Ao meu orientador e amigo Orandi Falsarella, o meu mais profundo carinho pelas contribuições, pela paciência e por todas as conversas! Seguramente foi a melhor parte de meu mestrado.

Ao Prof. André Ricardo e à Profa. Celeste meus agradecimentos pelas preciosíssimas contribuições em minha defesa. Suas considerações engrandeceram enormemente o trabalho.

Por fim, aos meus amigos que pacientemente entenderam todas as vezes que declinei seus convites sair por motivos de estudo, meu sincero obrigado.

EPÍGRAFE

*“Lês utopies sont réalisables. La vie marche vers lês utopies.”
Nicolas Berdiaeff*

RESUMO

A economia solidária é uma importante maneira de produção que visa promover a solidariedade, integração e sinergia entre seus participantes, que são proprietários e trabalhadores ao mesmo tempo destes empreendimentos. Entretanto por diversos fatores tanto internos, como externos estes empreendimentos sofrem para se manterem abertos e economicamente viáveis. O mais severo e que motiva o maior número de falências é a dificuldade de obtenção creditícia. Tendo em vista a relevância que a sobrevivência tem para todas as pessoas que participam da economia solidária, o objetivo deste trabalho é fazer uma contribuição propositiva, identificando e validando elementos que possam ser úteis a empreendimentos de economia solidária no que concerne à obtenção de crédito. Para sua realização, como metodologia desenvolve-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica, definida por periódicos e livros clássicos dos temas, orientada por palavras chaves como economia solidária, empreendimento e crédito, uma pesquisa que permitiu encontrar elementos relevantes, para a discussão em questão. Para a análise dos elementos identificados foi estabelecida uma categorização em relação à visão dos atores envolvidos, ou seja, a visão institucional, com fatores externos, e a visão de usuário, com elementos internos. As duas visões acabaram por culminar, finalmente, na elaboração da contribuição propositiva. A fim de se validar tais elementos, seguiu-se com a sua aplicação em quatro casos distintos. Como resultado chegou-se a conclusão de que o presente trabalho se apresenta como útil para todos aqueles empreendimentos de economia solidária que venham eventualmente a se deparar com problemas creditícios.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Microcrédito; Finanças Solidárias.

ABSTRACT

Solidarity economy is an important way of production that seeks to promote solidarity, integration and synergy among its participants, who are owners and workers at the same time of these enterprises. However, due to several internal and external factors, these enterprises suffer to remain open and economically viable. The most severe and motivating factor of the greatest number of bankruptcies is the difficulty of obtaining credit. Given the relevance that survival has for all people participating in the solidarity economy, the objective of this work is to make a proactive contribution, identifying and validating elements that may be useful to projects of solidarity economy in relation to obtaining credit. For its accomplishment, as a methodology it is developed, starting from a bibliographical research, defined by periodicals and classic books of the themes, oriented by key words like solidarity economy, enterprise and credit, a research that allowed to find relevant elements, for the discussion in question. For the analysis of the identified elements a categorization was established in relation to the view of the actors involved, that is, the institutional vision, with external factors, and the user's view, with internal elements. The two visions eventually culminated in the elaboration of the propositional contribution. In order to validate such elements, it was followed in four different cases. As a

result, it was concluded that the present work is useful for all those projects of solidarity economy that may eventually come up against credit problems.

Keywords: Solidarity Economy; Microcredit; Solidarity Finance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empreendimentos Solidários por atividade econômica principal	40
Tabela 2 - Comparação dos vários tipos de formas de bancos comunitários ao redor do mundo	55
Tabela 3 - Elementos que facilitam a cessão de crédito – visão do usuário	65
Tabela 4 - Elementos que facilitam a cessão de crédito – visão institucional ..	66
Tabela 5 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Aurora – visão do usuário.....	73
Tabela 6 - Tabela 6 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Aurora – visão institucional.....	74
Tabela 7 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Mondragón – visão do usuário	79
Tabela 8 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Mondragón – visão institucional	79
Tabela 9 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Coopercocal – visão do usuário	83
Tabela 10 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Coopercocal – visão institucional	83
Tabela 11 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Uniforja – visão do usuário.....	87
Tabela 12 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Uniforja – visão institucional.....	88

Tabela 13 - Síntese de validação dos elementos - Visão do Usuário 89

Tabela 14 - Síntese de validação dos elementos - Visão Institucional..... 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
BACEN	Banco Central
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CMN	Conselho Monetário Nacional
COOCAVER	Cooperativa de Consumo dos Condutores Automobilísticos de Veículos Rodoviários de Caxias do Sul
COOPERCOCAL	Cooperativa Energética Cocal
EES	Empreendimento de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
IBM	<i>International Business Machine</i>
ICO	<i>Initial Coin Offer</i>
LETS	<i>Local Exchange Trading System</i>
MCC	Mondragón Corporación Cooperativa
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SMN	Segundo Mapeamento Nacional
SOL	<i>Systemes d'Échange Local</i>
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar

WOCCU

World Council of Credit Unions

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização do Problema.....	13
1.2	Objetivos da Pesquisa.....	18
1.3	Estrutura do trabalho	18
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE.....	20
2.1	Desenvolvimento histórico e concepção da economia solidária	21
2.1.1	Robert Owen e o início do cooperativismo	22
2.1.2	As ideias de Charles Fourier	26
2.1.3	O conde de Saint-Simon e a democracia industrial.....	28
2.1.4	Pierre Proudhon e as propriedades autogestionárias	30
2.1.5	Comparações entre os autores apresentados.....	32
2.2	A economia solidária na atualidade.....	34
2.3	A economia solidária no Brasil	39
2.4	A sustentabilidade na economia solidária	43
3	FINANÇAS SOLIDÁRIAS E O MICROCRÉDITO	48
3.1	As cooperativas de crédito	49
3.2	Bancos comunitários	53
3.3	Fundos Rotativos	60
4	METODOLOGIA	61
4.1	Descrição dos elementos	62
4.2	Seleção dos casos	68
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS.....	70
5.1	Caso 1: Cooperativa Central Aurora Alimentos.....	70
5.2	Caso 2: Corporación Cooperativa Mondragón	74
5.3	Caso 3: Cooperativa Energética Cocal (Coopercocal)	80
5.4	Caso 4: Uniforja – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	84
5.5	Síntese de validação dos elementos	89
6	Conclusões e sugestões de novos trabalhos.....	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

No mundo competitivo moderno, em que a busca pelo capital e pela influência deste gera aumentos substanciais do desemprego e marginalização social, uma nova organização não apenas social, mas também trabalhista, tem surgido e se mantido em voga: a economia solidária.

Gaiger e Laville (2009, p.14), afirmam que o termo Economia Solidária (ES) é utilizado para conceituar ideias que “giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”, isto é, sociedades capitalistas.

Singer (2002) explana que a economia solidária compreende várias formas de empresas, associações voluntárias e clubes de trabalhadores que, guiados pelas premissas solidárias, praticam a autogestão, com participação democrática de todos os membros, sendo que estes têm direito a voto, divisão da receita líquida entre os cooperados, além de promover a posse dos meios de produção por aqueles que os usam para produzir, ou seja, a extinção do papel do gestor/patrão.

Pitaguri, Santos e Câmara (2012) vão além desta definição ao afirmarem que:

“Os modelos de economia solidária buscam ir além de simples geradores de trabalho e renda, idealizam novas formas de convivência e de organização comunitária. Defendem a potencialidade que pode ser gerada a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e na equidade, em vez da competição e do individualismo. As iniciativas de economia solidária empenham-se em construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que consiga integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário (PITAGUIRI, SANTOS e CAMARA, 2012, p. 35).”

Em Ortellado (2003), tem-se o representativo caso de Mondragón, na Espanha, que mostra que a combinação de cooperativas democráticas e desempenho capitalista eficiente é possível. Em Mondragón há aproximadamente 75 mil pessoas, distribuídas em 260 cooperativas, com 15

centros tecnológicos e rendimento anual de 12 bilhões de Euros, sendo um dos maiores mais eficientes e principais complexos empresariais espanhóis.

Lisboa (2005) cita outros exemplos de empreendimentos que aplicam economia solidária, além das tradicionais cooperativas:

“Agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas por autogestão, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, incubadoras de empresas, além das experiências de finanças solidárias, como clubes de trocas e as economias indígenas e quilombos”. (LISBOA, 2005, p. 1)

Portanto, tomando-se por base as definições apresentadas, é possível afirmar que a economia solidária (ES) seja uma contrapartida à forma capitalista de produção, que visa promover a solidariedade, integração e sinergia entre seus participantes, que são proprietários e trabalhadores ao mesmo tempo, destes empreendimentos.

Para se entender a dimensão da ES no Brasil, o Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil (2013), realizado pelo Ministério do Trabalho através do Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES) e analisado no artigo de Kuyven e Kappes (2013), mostra que o Brasil possuía na ocasião 19.708 Empreendimentos de Economia Solidária (EES), sendo 40,8% localizados na região nordeste, 16,7% no sul, 16,4% no sudeste, 15,9% no norte e 10,3% no Centro Oeste.

Entretanto, ainda que a economia solidária se mostre como uma boa via alternativa para promover inclusão, sentido de pertencimento e ajudar em um ciclo gerador de renda local, ainda há severas dificuldades que se colocam frente aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Lisboa (2005) e Benini e Benini (2010), apontam problemas na prática da autogestão, que, na concepção dos três autores, acaba por ter sua efetividade constrangida, pois, uma vez que as cooperativas concorrerem nos mercados capitalistas, estas acabam por ficarem presas às exigências impostas tanto pelo mercado quanto pelos consumidores e para atendê-las, como os associados são responsáveis tanto pela produção quanto gestão dos empreendimentos, a fim de terem excedentes para divisão, acabam por equipararem-se, de certa forma, com os problemas capitalistas e também precarizarem as relações trabalhistas.

Wellen (2008), por outro lado, critica que pelo fato das empresas de economia solidária não terem produção em escala necessária para competir em grandes mercados, suas vendas e/ou trocas acabam por se focarem exclusivamente em mercados pequenos e regionalizados. A crítica do autor dá a entender que quando em regime de competição, a economia solidária sustenta-se unicamente em pequenos grupos seletos de compradores.

Para Singer (2002) um dos mais significativos problemas é o tamanho reduzido das cooperativas, que dificulta a divisão técnica. Para o autor, muitas vezes elas são pequenas demais para crescer e por causa disso tem que se situar em mercado de poucas especificidades técnicas, como ramos artesanais.

O Mapeamento Nacional (2013), feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em contrapartida, mostra que o problema mais recorrente e que mais motivou falências foi a dificuldade de obtenção de crédito. De acordo com França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012), a economia solidária sofre com os bancos comerciais devido aos empecilhos burocráticos e exigência de lastros, ou garantias, que tais empreendimentos não possuem.

Silva e Carneiro (2014) ao avaliarem o segundo mapeamento nacional, mostram que as principais razões que impossibilitam a obtenção de crédito são respectivamente, burocracia dos agentes financeiros (27,5%), falta de apoio para elaborar projeto (15,7%), taxa de juros elevada (12%), falta de linha de crédito específica (11,9%), prazos de carência inadequados (6,9%).

Os estudos de Kuyven e Kappes (2013) acerca do Segundo Mapeamento Nacional, somente nos estados da Região Sul, a região com uma característica de incentivo a movimentos cooperativos e associativos, 55% dos EES alegam ter necessidades de financiamento e obtenção de crédito. 7% destas alegam que não possuem dinheiro sequer para pagar as contas, ou seja, são deficitárias; 31% ficam em posição de neutralidade, pagam suas contas, mas quase não sobram excedentes.

Valentin e Serra (2012) citam, em outra abordagem, ainda prévia à do Segundo Mapeamento Nacional, de 2013, não restrito apenas à Região Sul, que 27,8% dos empreendimentos acreditavam que as linhas de crédito eram muito escassas, 22,9% dos empreendimentos não acessavam o crédito por falta de documentação, 16,8% não conseguiam elaborar um projeto adequado de financiamento, 15% viam os juros como abusivos, 13,5% não possuíam as

garantias necessárias que os bancos comerciais demandavam e 4% não viam os prazos como adequados.

Lobo (2014) corrobora alguns desses fatos ao mencionar que como principais características desses tomadores de microcréditos, encontram-se falta de garantias patrimoniais, empresas com ações no mercado informal, assimetria de informações e percepções de alto risco operacional. Santos (2017) complementa que há outras questões intrínsecas que dificultam a concessão creditícia dos bancos, como a falta de gerenciamento, o não descasamento do patrimônio dos sócios e da empresa e a predominância de estruturas familiares pouco profissionalizadas.

Chaves (2011) mostra, em estudo realizado pelo Banco Central, que a demanda por microcrédito é algo que atinge pelo menos 35 milhões de brasileiros. Santana e Guzmán (2012) relatam que o Brasil ainda ocupa posição muito tímida no ranking geral de países mais desenvolvidos em micro finanças da América Latina e Caribe, 14^o, estando atrás de países como Peru e Bolívia.

Carvalho e Abramovay (2004) *apud* Santana e Guzmán (2012) discorrem que ainda que o Sistema Bancário Brasileiro seja muito sofisticado e bem estruturado, ele é ineficiente em atender a ampla demanda de crédito. Ainda segundo os autores, tal sistema, em casos de flutuações conjunturais, transfere os custos de seus ajustamentos para setores mais vulneráveis, encarecendo ou cortando suas presumíveis linhas de crédito.

Valentin e Serra (2012) discorrem sobre o desalento administrativo que a falta de crédito propicia:

“Sem crédito, associações, cooperativas e trabalhadores autônomos informais do setor não conseguem realizar investimentos, têm dificuldades para aquisição de matérias - primas e insumos, não conseguem escoar a produção e, conseqüentemente, acabam limitando cada vez mais suas possibilidades de geração de emprego e renda, de crescimento e de expansão dos empreendimentos.” (VALENTIN e SERRA, 2012, p.3).

Tauile (2001) *apud* Addor (2009, p.4) também enfatiza essa importância:

“O desenvolvimento de mecanismos eficientes de crédito para apoiar as iniciativas de autogestão (...) pode ser considerado decisivo para que o sucesso deste tipo de empreendimento implique perspectivas de expansão estrutural mais significativa no longo prazo”.

Ainda que o crédito se mostre uma restrição significativa e um sensível impeditivo para o desenvolvimento da economia solidária, há episódios bastante exitosos no cotidiano brasileiro de instrumentos que viabilizaram as pessoas físicas e pequenos empresários o acesso ao capital. É o caso, por exemplo, do Banco Palmas.

Santana e Guzmán (2013) explanam que o *modus operandi* do Banco Palmas, assim como o dos bancos comunitários de desenvolvimento diverge bastante daquele posto em prática pelos bancos comerciais. Para que se entenda, as exigências para a tomada de crédito são muito inferiores, além disso, não há consulta nos órgãos de proteção ao crédito e inadimplência convencionais (SPC ou Serasa, por exemplo), ao invés disso, baseia-se na respeitabilidade do tomador ante a sociedade. As condições de pagamento são amplamente discutidas, sendo que as taxas de juros são muito mais módicas do que as cobradas pelos bancos comerciais.

França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) mostram que as taxas de inadimplência são extremamente baixas no Banco Palmas, especialmente se comparando com os bancos comerciais. Em seu artigo, eles mostram que as taxas de inadimplência oscilaram entre 1% a 2,5% a.a. nos anos de 2005 – 2009, ao passo que nos bancos convencionais, as menores taxas de inadimplência estão em torno de 10% a 12,3%.

O Banco Palmas, de acordo com dados do próprio banco, possui um montante considerável de recursos para promover os fluxos cíclicos creditícios. Para que se tenha noção dessas cifras, em 2012, de janeiro a maio, o Banco realizou uma média de dois milhões de reais de concessões de crédito.

Neste mesmo tempo, em crédito concederam mais de 1,5 milhão de reais a taxa de juros que variavam de 2,53% a 2,82%. A taxa SELIC, no período, oscilou entre 9,75% - 9%. Além disso, durante o mesmo período o Banco propiciou 35 cursos de capacitação para a comunidade em temas diversos, como oficinas de costura e culinária.

Mas o Banco Palmas não é o único caso a ser citado, o sistema de cooperativas de crédito hoje é em número de agências a maior de todas as redes bancárias, com aproximadamente 5.633 agências por todo o país e abrindo mais a cada mês que passa, além de responder por 3,4% de todas as operações de crédito no país (Portal Cooperativismo de crédito, 2017).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, de maneira geral, também devem ser evidenciados. Paula (2013) faz interessantes correlações acerca da melhora dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) com a existência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, além do aumento da atividade empreendedora nas comunidades beneficiadas por sua presença. Ajuntamentos de cabelereiras, fazedoras de bolo e artesãs são alguns dos exemplos.

Considerando que o maior problema mostrado pelas referências é o crédito e retomando os casos exitosos citados anteriormente, em especial Mondragón e o Banco Palmas, nota-se que a viabilidade de empreendimentos de economia solidária está intimamente ligada à questão creditícia, ainda que se considerando as realidades distintas em que se encontram. Mas a questão a ser salientada é: seria possível replicar as condições que estes empreendimentos exitosos executaram? Por que são exemplos diferentes dos demais, isto é, o que os levou ao sucesso? Além dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, houveram outros artifícios que ajudaram essas sociedades a conseguir crédito ou minimizar esse problema? E mais, que elementos auxiliaram sua sobrevivência? São sustentáveis?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo deste trabalho foi fazer uma contribuição propositiva, identificando e validando elementos que pudessem ser úteis a empreendimentos de economia solidária no que concerne à obtenção de crédito.

1.3 Estrutura do trabalho

No capítulo 1, foi apresentada a contextualização do problema, o objetivo do trabalho e a sua estrutura. Nos capítulos 2 e 3 tratou-se do referencial teórico, desenvolvimento o histórico da economia solidária, elucidando suas principais vertentes e características, apresentando dados atuais sobre a realidade dos empreendimentos de economia solidária no país, bem como foi realizada uma abordagem relacionando tais temas com a sustentabilidade.

Também se incluiu no desenvolvimento conceitual, informações sobre as finanças solidárias e o microcrédito, em que se esmiuçaram os três pilares

constituintes dessa forma de finanças: as cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos.

No capítulo 4 foi descrita a metodologia utilizada nesse trabalho, onde foi possível, de posse dos conteúdos encontrados na extensa pesquisa, destacar elementos que podem ser úteis ao combate das dificuldades de obtenção creditícia e que resultaram na contribuição propositiva. Além disso, com o intuito de validar a contribuição propositiva, foram descritos a seleção dos casos.

O capítulo 5 consistiu na aplicação desta contribuição propositiva em quatro casos distintos de empreendimentos de economia solidária, atentando-se aos fatores endógenos e exógenos em questão.

Por fim o capítulo 6 apresentou as conclusões e sugestões de novos trabalhos.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE

Talvez uma das mais objetivas e sistemáticas conceituações da economia solidária seja a de Singer (2002), em que se refere a esta como:

“Um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual, em cada cooperativa ou sociedade econômica.” (Singer, 2002, p.10).

Tal conceito encontra reforço na definição proposta pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (2006) apud Wellen (2008, p.2), em que se considera a economia solidária como um “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo e créditos – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.”.

O modus operandi deste sistema trabalhista, também de acordo com o Ministério do Trabalho (2015), baseia-se em quatro grandes pilares: cooperação, ao invés de competição, com unidade de esforços em busca de um bem comum; Autogestão, com contribuições feitas em grupo, e não individualmente; Ação econômica, com motivação econômica, igual a todos outros negócios (produção, comercialização, prestação de serviço, troca, crédito e consumo) e Solidariedade, o grande norte da economia solidária é a preocupação com o outro, com distribuição equitativa dos resultados alcançados, movimentos sociais e populares visando o desenvolvimento comum.

Arroyo e Schuch (2006) também dão a contribuição para tal conceituação ao afirmarem que a economia solidária se sagra como uma contramão à lógica determinada pelo movimento virtual das Bolsas de Valores. De acordo com os autores, é apenas fora desta maneira ultracompetitiva de ação que se pode ter uma convivência com o que é sonhado e mais equânime.

Com as definições dispostas anteriormente é possível conceber que a economia solidária preza pela autogestão, coletivismo, ausência de cadeia de comando hierárquica clássica (gerentes, gestores, *Chief Executive Officers* (CEOs), etc) e acima de tudo pela solidariedade. O que se diferencia da forma convencional de produção, em que há uma exacerbada corrida pelo lucro por

parte dos empresários, em que a tomada de decisão das empresas é centrada em poucas pessoas, sem ter (de maneira generalista) participação dos trabalhadores.

Contudo, ainda que sejam estas as premissas básicas da economia solidária, foram necessários quase dois séculos de lutas e eventos modificadores para que se chegassem a essas “configurações” e contornos que hoje tem, de forma que para que se entenda a economia solidária de hoje, é essencial revisitar o seu desenvolvimento e a sua concepção.

2.1 Desenvolvimento histórico e concepção da economia solidária

De acordo com Rangel e Manelusco (2012), o nascimento da economia se dá em face as enormes transformações nas relações de trabalho e nas próprias maneiras produtivas impostas aos trabalhadores ante o advento da Revolução Industrial inglesa no século XVIII.

Hobsbawn (2011) relata que a Revolução Industrial foi, seguramente, a maior e mais significativa transformação pela qual passou a humanidade. A produção industrial fez com que a Inglaterra tivesse possibilidade de produzir exponencialmente mais do que sua concorrência (em especial a França), o lucro dos empresários passou a ser força motriz para os investimentos no país, que levaram ainda mais a um cenário propício ao avanço tecnológico e, ainda que a distribuição de renda fosse mínima, permitiu que houvesse a incipiência de uma classe média.

Entretanto, segundo o mesmo autor, houve alguns efeitos colaterais indesejados, com as condições fabris, os trabalhadores passaram a ter relações muito menos próximas com seus empregadores. A partir daquele momento, salvas exceções raras, sua única fonte de relacionamento seria o recebimento de salários, e não mais a proximidade de produção e qualidade, como em tempos anteriores.

Arroyo e Schuch (2006), afirmam que o modelo iniciado com a introdução das máquinas a vapor, logo impôs condições exploratórias aos empregados, que viam suas condições de vida pioradas substancialmente, com cargas de trabalho exaustivas e longas, utilização de mão de obra infantil, baixa

remuneração, além, é claro, do aumento da ociosidade laboral / desemprego pela substituição do trabalhador pela máquina.

O filósofo alemão Friedrich Engels (2008, p.306) descreve as condições que se deparavam os trabalhadores naquele tempo:

“A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: é uma relação puramente econômica – o industrial é o “capital”, o operário é o “trabalho” (...) [o industrial] não pode conceber uma relação com operário que não seja a da compra-venda; não vê no operário um homem.

Souza (2003) explana que com a substituição da mão de obra pelas máquinas, iniciaram-se as primeiras associações entre trabalhadores. As antigas corporações de ofícios de artesãos acabaram por se tornar o que se conhece por sindicato e também em pequenas cooperativas.

Ainda que se haja diversas críticas à exploração sofrida pelos trabalhadores, que viviam situações análogas à escravidão, é fato que a Revolução Industrial teve papel decisivo e modificatório para a vida humana e para a economia. É nesse cenário que se fazem valer as construções teórico-ideológicas de quatro pensadores, Robert Owen, Charles Fourier, Saint Simon e Pierre Proudhon, que viriam a propor modelos bastante destoantes do que se havia no momento.

2.1.1 Robert Owen e o início do cooperativismo

Robert Owen, industrial inglês, é amplamente considerado como o “pai do cooperativismo” devido a suas experiências com aldeias cooperativas ao redor de fábricas, para que os proletários pudessem gerir de maneira colaborativa seus meios de produção.

Rangel e Manelusco (2012) dissertam que Owen era um importante industrial têxtil inglês e que teve suas ações pautadas em dois continentes, na Europa, na própria Grã-Bretanha, e na América do Norte, nos Estados Unidos da América.

Singer (2002) relata que Owen decidiu logo na primeira década do século XIX ir à contramão da via exploratória que se tinha tão frequentemente naquele tempo. Para começar, limitou a quantidade de horas trabalhadas pelos

seus funcionários, bem como eliminou o trabalho infantil em seu complexo empresarial em New Lanark. Em verdade, foi responsável pela criação de escolas para os filhos de seus empregados, de maneira que todos tiveram acesso à educação de ponta.

Zaar (2013) completa que esta forma diferenciada de trato para com os proletários atraiu e muito a atenção de pesquisadores ao redor de toda a Europa. Ainda que seus encargos sociais tenham aumentado significativo, pois havia efetivo “bem estar social” aos funcionários, também aumentou a produtividade e as empresas de Owen se tornaram muito lucrativas.

As contribuições de Owen naquele momento foram importantes e de muito valeram ao debate. Sua notoriedade se expandiu ainda mais quando fez diversas sugestões para o governo britânico sobre como contornar a onda de desemprego acarretada após o fim das guerras napoleônicas, com o arrefecimento das indústrias de armamentos.

Gaiger (2005) descreve que a ideia de Owen proposta ao governo indicava que ao invés da simples distribuição de renda para a população, também tivesse parte de seus programas investidos na aquisição de terras para a construção das tais Aldeias Cooperativas, que pudessem englobar as formas agrárias e industriais de produção, desta maneira garantindo a subsistência dos trabalhadores e produção. O excedente poderia ser comercializado de maneira coletiva. Infelizmente, suas proposições não foram aceitas. Só veriam proposições parecidas quase 130 anos depois, por Keynes, na teoria do pleno emprego.

Em Rangel e Manelusco (2012) nota-se que diversos empreendimentos desta época foram fundados com base nos princípios owenistas. O jornal *The economist* surge desta maneira, em 1822, uma cooperativa de jornalistas da época. Assim também se iniciaram o *the political economist and universal philanthropist* e a *London co-operative society*, em 1823 e 1824 respectivamente.

Singer (2003) explica que Owen não era um empresário afeito ao lucro parasitário. De maneira que se preferia a permuta (troca) em detrimento à venda. E foi através das comunidades owenistas que surgiu uma das mais célebres organizações da economia, os chamados “clubes de trocas”, que eram grandes bazares, no qual criava-se um pequeno mercado entre seus membros, que podiam adquirir bens com base em uma moeda social criada. Para que se

pudesse precificar as mercadorias e criar paridade entre o oferecido e o demandado, os bens eram avaliados pela quantidade de horas trabalhadas em sua confecção, respeitando-se, evidentemente, o grau de complexidade do produto e para que se balizassem essas atividades todas, criou-se a *National Equitable Labour Exchange* (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo).

Beatriz (2012) reflete que mesmo após tanto feito, a luta de Owen para que os trabalhadores galgassem direitos ainda encontraria significativos obstáculos, como quando foi ele o responsável pela criação da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido, em resposta às imposições exploratórias que o proletariado sofria por parte de seus empregadores, mais notadamente na área da Construção civil.

Foi nesse mesmo ano, 1833, que Owen lidera uma ostensiva bastante pesada contra a exploração, ao propor aos trabalhadores que não aceitassem uma jornada de trabalho superior a 8 horas. Como não encontrava amparo legal na medida, ele propunha então que fosse feita pela simples recusa de se trabalhar além deste marco. A reação patronal foi forte e rápida, promoveu-se um “*lock-out*” de todos os empregados sindicalizados, isto é, uma demissão em massa. A contrapartida dos trabalhadores também foi célere e certa, ao invés de tentarem batalhar sozinhos contra a sibilina situação na qual estavam sujeitos, uniram-se e formaram cooperativas operárias em todo o país. Sendo esse considerado, inclusive, o nascimento da economia solidária (DUPUIS, 1991).

As ideias de Owen foram responsáveis, em 1844, pelo mais significativo e memorável momento para a história do cooperativismo, a criação da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, a mãe de todas as cooperativas.

Dias, Cunha e Mascarenhas (2014) relatam que a Sociedade Equitativa surgiu na cidade de Rochdale por uma associação de 28 pobres trabalhadores têxteis, que buscavam uma via alternativa para a exploração laboral que sofriam e que refletia na sua condição de vida.

Oliveira e Santos (2012) contam que várias foram as tentativas para se conseguir uma condição melhor e mais digna. Greves foram feitas, reivindicações ante repartições públicas e inúmeras formas de tentativas de combate indireto à gestão feita. Todos os protestos só serviram até aquele

momento para piorar ainda mais suas condições já miseráveis. De maneira que quase instintivamente, a única opção que sobrou foi a de criarem por si mesmos um empreendimento de caráter cooperativista, um armazém de consumo popular.

Souza (2003) explica que levou um ano até que os 28 tecelões tivessem o dinheiro necessário, 28 libras. A reunião constitutiva ocorreu 21 de dezembro de 1844 e já ali acordaram o “contrato social” que regeria tanto as normas de funcionamento da empresa, quanto as normas de funcionamento da sociedade constituinte.

Singer (2002) descreve que esses princípios eram oito e que até os dias atuais norteiam o cooperativismo. Eles regiam a questão de cada membro ter direito a um voto, independente do capital investido. O número de membros não devia ser restrito, podendo participar quem quisesse da organização. Todo capital investido seria remunerado a uma taxa fixa. As sobras (lucro) deveriam ser repartidas aos membros proporcionalmente, de forma com que se garanta subsistência e conforto, porém respeitando o fato de que quem investiu mais, deve ser mais bem remunerado. Todas as vendas devem ser à vista e seus produtos sempre puros. A cooperativa deve ser impassível à questões de cunho político-religiosa e deve investir na educação cooperativa a seus participantes.

Dias, Cunha e Mascarenhas (2014) relatam os avanços conquistados pelos pioneiros. Menos de um ano após a abertura, a cooperativa já contava com quase 80 sócios, dos quais iniciaram fomentos aos debates do futuro do cooperativismo. Em 1848, ao verificar o grande empenho de todos e aumento de capital de subscrição, puderam finalmente abrir uma biblioteca, uma alfaiataria e uma sala de leitura com os jornais do dia para seus cooperados. O movimento de investimento na educação dos cooperados atingiu seu auge em 1853, quando decidiram que 2,5% de todas as sobras seriam revertidas à biblioteca. O poder da Rochdale começou a crescer substancialmente e em pouco tempo, a ponto de em 1850 terem viabilizado a criação de um moinho de trigo, com um custo de 150 libras (posteriormente vendido a Sociedade Cooperativa Atacadista, em 1906). Também fundaram nessa época uma fiação numa área alugada, chamada Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale. Em 1859 conseguiram migrar para uma sede própria e em 1862 puseram-se a construir uma segunda fábrica, pronta em 1866.

Rochdale, infelizmente, deixa de ser uma cooperativa em 1862, porém sua atuação de quase duas décadas foi a grande força motora do movimento cooperativista.

É possível afirmar, com base na longa trajetória de luta e conquistas, que Owen foi um dos grandes nomes para a consolidação e fortalecimento da ideia de associativismo e de economia solidária, tendo inclusive fundado uma das vertentes, que é o clube de trocas. Seguramente suas ideias tiveram severo impacto na contribuição posterior aos temas de sindicatos e associações trabalhista. Sua obra foi tão significativa que Marx e Engels tiveram várias de suas concepções pautadas pelo que já havia sido concebido por Owen.

As ideias de outros dois grandes filósofos também foram fundamentais para a consolidação da economia solidária e serão expostas nos próximos subcapítulos.

2.1.2 As ideias de Charles Fourier

Charles Fourier era um filósofo francês, no sentido mais estrito da palavra, ou seja, não possuía vivência em grandes fábricas, corporações e num emprego regular de proletariado, o que não lhe é nenhum demérito. Fourier é também um notório defensor de direitos humanos, sendo conhecido pela cunhagem do termo feminismo.

Singer (2002) relata que Fourier era um tipo ímpar de filósofo, pois, antes de mais nada, não tinha pretensão de levar a cabo suas ideias por si mesmo, não era um homem de ação, por assim dizer. Associado a isso, também não tinha intenção que sua fala fosse posta em prática por seus discípulos, em verdade, queria mesmo que algum capitalista pusesse em ação suas proposições.

Pinto (2009) sintetiza que as ideias de Fourier visavam uma harmonia universal humana, na qual se considerando as aptidões e paixões humanas, seria possível fazer com que o trabalho se tornasse mais atraente e houvesse uma substancial melhora de produtividade e produção.

Beatriz (2012) e Rangel e Manelusco (2012) convergem ao exporem que o objetivo de toda essa atração laboral era a criação de uma comunidade

coletiva para que se tivesse uma gama de oportunidades para atuação de cada um de seus membros. Essa propriedade seria chamada de falanstério.

Singer (2002) completa que ainda que a proposição tenha semelhanças com as de Owen, elas são essencialmente diferentes, uma vez que para Fourier no falanstério preservar-se-ia a propriedade privada e a forma de repartição da riqueza gerada seria proporcional a alguns fatores, como trabalho, capital investido e talento, de forma que o recebimento de suas parcelas seriam algo similar a uma participação acionária.

As concepções de Fourier mostram-se como as mais aplicáveis aos dias atuais, considerando-se a preservação de liberdades individuais e propriedade privada, haja vista que a de Owen seria uma quebra demasiadamente significativa na ordem vigente.

De acordo com Barros (2011), Fourier também tinha duas proposições para complementar suas ideias e garantir que não houvesse disparidades de renda e criassem-se assim ricos e pobres. A primeira era que quanto menos ações se tivessem, mais elas valeriam. Dessa forma, ainda que pessoas com maiores participações recebessem mais, as pessoas que detivessem menor participação não sofreriam com polarização de renda. A segunda premissa era a que previa o recebimento de uma renda mínima a todos, quer trabalhassem, quer não. Para que todos tivessem uma condição digna de vida e que, a fim de florescer a paixão laboral, as pessoas não dependessem do trabalho para se sustentar.

Um pequeno aparte sobre a questão de se assegurar uma renda básica para todos cidadãos. Em Suplicy (2014) tem-se um paradigma claro de que esta não foi a primeira vez que tal proposta foi realizada, ao contrário, ela já havia sido cogitada quase 400 anos antes de Fourier, por Thomas More (1478 – 1535), na Bélgica. Também já havia se tido um embrião em solo americano, no século XVIII, com Thomas Paine (1737 – 1809), em seu livro *Senso Comum*, de 1776, que propunha que todos tivessem o direito inalienável de participarem da riqueza de dada nação. Este fato foi o que serviu de estopim meio ano depois à luta por independência norte-americana, liderada por Benjamin Franklin.

Ainda que no que se referia à renda básica de cidadania, o projeto de Fourier não fosse pioneiro, o conjunto de sua obra agremiou diversas pessoas. Gallo (2012) conclui ao dizer que em meados da década de 1840 havia mais de

3000 adeptos à escola de Fourier, inclusive o futuro imperador Luís Napoleão. Ainda assim, suas ideias foram amplamente aplicadas além-mar, nos Estados Unidos, mas todas com pouca longevidade.

Mesmo no Brasil algumas experiências foram tentadas. No Estado do Rio de Janeiro no ano de 1841, sob a liderança de Benoit Mure, os franceses adquiriram direito a uma enorme gleba na Península de Saí, onde instalaram um falanstério, após prometerem enormes rendimentos ao Estado. Entretanto, pouco tempo demais a experiência chegava ao fim, tanto pela falta de comprometimento de seus participantes e pelo desinteresse do Estado, ante o retorno muito abaixo do esperado. (QUEIROZ, 1990; SILVA, 2007)

As ideias de Fourier, bem como as de Owen, serviram enormemente para alterar o *status quo* vigente na época. Fourier, por sua proposição de grandes comunidades, com aproximadamente 1800 pessoas, autogestionárias, eficientes e associadas ao projeto de Renda Mínima, também é tido como um dos primeiros pensadores anarquistas, uma vez que se atingindo esses axiomas, a função cerne do Estado estaria sendo suprida pela própria comunidade.

O último dos grandes contribuidores para a criação das bases da economia solidária e do pensamento associativista foi o também francês, Saint Simon.

2.1.3 O conde de Saint-Simon e a democracia industrial

Claude-Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon, foi um dos mais notáveis filósofos e economistas franceses do século XVIII, que, ao lado dos dois autores citados previamente (Owen e Fourier) contribuiu significativamente para a incipiência do movimento e da forma associativa da economia solidária.

Locks Filho (2012) disserta que Saint-Simon, contrariamente a boa parte da corrente filosófica daquele momento, não intencionava contrariar o efervescente desenvolvimento industrial, marca característica da época, especialmente na França e na Inglaterra, para retorno à uma sociedade mais tradicional. Ao contrário, Saint-Simon nutria especial simpatia pelos empresários, pois acreditava que a industrialização faria suscitar uma série de inovações tecnológicas. O que efetivamente incomodava ao filósofo eram as desigualdades que o sistema acarretava e a pregação pró-*laissez-faire*.

Zaar (2013) explana que a fim de se mitigarem os problemas das disparidades de oportunidades e a pobreza, a sociedade deveria ser concebida em um processo conjunto, denominado de planejamento social. Para isso, a economia deveria ser gerida de maneira coletiva, controlada por associações de trabalhadores, que teriam como papel maior a distribuição de bens de consumo, para sanar as necessidades da população e impulsionar o progresso.

Santos (2010) aborda que para Saint-Simon o fundamental era que a sociedade fosse formada por “homens úteis”, isto é, aqueles que efetivamente pudessem contribuir para o desenvolvimento social, como industriais, que são os detentores de recursos financeiros, cientistas e artistas, engenheiros, etc. Ao passo que condenava veemente os chamados “homens inúteis”, aqueles que só serviam para solapar o bem público, aos quais o autor nominalmente cita como sendo o clero, a nobreza e os latifundiários.

Faria (2011) reflete sobre as ideias de Saint-Simon e conclui que eram eminentemente voltadas para análises conjunturais. Tanto é verdade, que uma das propostas do filósofo era de que a sociedade devia ter uma organização tricamaral para a política, para que todos os grupos existentes pudessem estar representados. A primeira câmara, denominada de Câmara das Invenções, seria composta daqueles que pudessem contribuir com as elaborações de obras públicas, como artistas, engenheiros, arquitetos, músicos, etc. A segunda câmara, a Câmara de Exames, verificar a viabilidade de se executar tais projetos, isto é, se eles são exequíveis ou não. Para tanto, comporia a segunda câmara matemáticos, físicos e todos aqueles com formações nas áreas exatas. A terceira câmara teria responsabilidade de fazer com que os projetos fossem viáveis financeiramente. Por ser formada de grupos de empresários, ela seria incumbida de levantar o capital para a execução.

O mesmo autor conclui que para Saint Simon, o poder “não estava onde parece”, em uma alusão provocativa à substituição do *status quo*, em que naquela época era a monarquia, para a substituição de um regime útil, que segundo Saint Simon dar-se-ia pelo controle industrial, pois se torna possível a produção de riquezas, que, caso corretamente repartidas, podem gerar um substancial bem estar social, e pela confluência de esforços para a representatividade de todos.

É interessante notar que a ideia de se ter um sistema complexo, coletivo e autogestionário é justamente uma das grandes premissas da economia solidária. Nela, os empregados, que são donos e usuários dos meios de produção, decidem por meio de assembleias o destino das cooperativas, quais ações devem ser tomadas e além de todos terem direito a serem ouvidos, todos votam.

2.1.4 Pierre Proudhon e as propriedades autogestionárias

Pierre Proudhon (1809-1865) foi um notável filósofo político e econômico francês. Sua contribuição à economia solidária começou logo cedo, antes, inclusive da gênese do cooperativismo, com Owen.

Em 1840, seu livro “*Qu’est-ce la propriété?*” (o que é a propriedade?) lançava as bases de seu pensamento fazendo severas críticas à propriedade privada. Para ele a igualdade só seria alcançada o dia que a propriedade privada deixasse de existir enquanto ficção jurídica e todos passassem a dispor de propriedade social (Cinelli e Anthmar, 2010).

Carvalho (2011) elucida que essas propriedades sociais nada mais seriam que conjuntos sociais autônomos que se associariam em suas funções econômicas, políticas e produtivas, garantindo autogestão e cuja viabilidade dependeria de coordenação, não de hierarquização. Nessa construção social, o aumento de relações sociais, gera maior solidariedade o que tende a aumentar a produtividade e tanto a personalidade coletiva quanto a individual seriam desenvolvidas simultaneamente, sobre o mote de tanto mais livre quanto mais relacionamentos tiver em sociedade.

E a fim de viabilizar essas propriedades sociais autônomas, as formas de financiamento deveriam necessariamente se pautar em trocas de serviços, em detrimento de capital (Fiore, 2013).

Proudhon também tinha opiniões bastante severas acerca do papel do Estado. Para ele, o Estado era o grande responsável pela absorção de todo e qualquer tipo de liberdade e autonomia, sendo uma forma ultrapassada organizacional. A sociedade deveria rumar em sentido à autogestão (Gutierrez, 2010). E em 1846 em seu livro *Système des contradictions économiques ou*

philosophie de la misere, Proudhon discorre sobre a negação do poder e a recusa de uma soberania governamental, além de aprofundar-se em sua opinião sobre desenvolvimento social, afirmando que a economia política não passa de um discurso incoerente e apologético acerca da propriedade. Essa sua posição demasiadamente radical rendeu-lhe críticas, inclusive do próprio Karl Marx, que viria a acusá-lo de ignorar a genealogia histórica das categorias econômicas, como o valor de troca, e que essas manifestações econômicas não são permanentes, mas mutáveis ao longo do tempo, à medida que as próprias trocas sagram-se como expressões transitórias de determinada etapa histórica (Cinelli e Arthmar, 2010).

Ele não foi, contudo, apenas um homem de palavras, mas também uma pessoa de ações. Em 1848 lançou-se como candidato autônomo e foi eleito à Assembleia Nacional Francesa. Durante esse período lança uma série de artigos, que culminaram no livro *Solútion du probleme social*, no qual apontava os meios efetivos de transformação social que, para ele, não passavam pelo igualitarismo geral (que poderia vir a destruir a poupança e o investimento, pondo em xeque o capital), mas sim na melhoria das condições laborais, tanto salariais quanto de garantias, porém ciente de que os assalariados jamais conseguiriam adquirir em sua totalidade a oferta total pelos seus rendimentos (Carreri, 2017).

A fim de promover o financiamento dessa demanda excedente e ampliar riquezas e emprego é que Proudhon propõe e executa em 1849 a criação do *Banque du Peuple*. A concessão creditícia desse banco ocorria segundo a capacidade produtiva de cada indivíduo, com juros mínimos e que se tornaria a partir daquele momento comanditário do banco popular (Cinelli e Arthmar, 2010).

Ainda que Proudhon não tenha optado pelo cunho associativista para a manutenção de seu banco, mas na relação de sócio, é necessário destacar que de acordo com o art. 6º de seu Estatuto, todo cidadão era bem-vindo a participar do Banco do Povo, bastando aceitar seu estatuto e suas regras. Mesmo assim, todos os moldes de corresponsabilização solidária presentes nas cooperativas (dono e responsável pela gestão do próprio negócio) também se encontravam neste modelo bancário. Para participação bastaria uma módica contribuição de 50 centavos ao mês, quantia que mesmo desinflacionando seria muito baixa para a época (Glémain, 2010)

Em 1849 Proudhon é preso por suas críticas ao recém-eleito presidente Luís Bonaparte III e o banco fracassa. É solto em 1851, no qual se dedica aos seus estudos sociológicos. Quando em 1858 escreve uma ácida crítica ao clérigo em *De la justice dans la révolution et dans l'église* (A justiça na revolução e na igreja) Proudhon é enviado ao exílio, em Bruxelas. Faleceu em 1865, em Passy, logo após a publicação de seu livro *Du Principe fédératif* (“Do princípio federativo”) em que discorria sobre as suas opiniões para o arranjo societário.

2.1.5 Comparações entre os autores apresentados

Com o exposto anteriormente é possível traçar um paralelo entre as quatro colaborações salientando tanto suas similaridades quanto suas diferenças. Assim, primeiramente é abordada a visão de cada um dos autores ante o caráter industrial que naquela época estava se moldando no mundo, especialmente por causa do advento da Revolução Industrial. Em um segundo momento, são apontadas as visões de constituição de sociedade contidas em cada uma das teorias apresentadas, passando inclusive pelo ponto da propriedade privada. Já no final das comparações, será salientado o papel da educação nos métodos associativistas.

A primeira vertente que é relevante a ser apontada é o fato de que nenhum dos quatro autores se opunha a uma constituição fabril, ou às inovações que estavam sendo imposto com o advento da Revolução Industrial, ao contrário, Owen era um industrial, Saint-Simon previa uma democracia industrial, Fourier torcia para que alguém de mercado fizesse a aplicação de suas ideias e Proudhon via mais críticas acerca do papel do Estado na limitação do cidadão, do que na ação da burguesia, inclusive tendo proposto em seu fim de vida uma união entre burgueses e operários.

As críticas pautavam-se muito mais quanto à organização social, quanto às condições exploratórias que os trabalhadores eram submetidos (como suas cargas excessivas, trabalho infantil e demais condições análogas à escravidão).

Dessa forma, as principais diferenças davam-se com relação às formas de organização social que deveriam existir. Os falanstérios, de Fourier, e as aldeias cooperativas de Owen, tinham muitas similaridades entre si. Ambas

pregavam que os trabalhadores fossem detentores dos métodos de produção, com participações nos lucros / excedentes por meio de cotas do capital integralizado, que houvesse assembleias democraticamente eleitas e acreditavam que desta maneira a integração dos trabalhadores a uma forma muito mais humana e justa de trabalho estaria feita.

As diferenças entre elas davam-se nas premissas de propriedade. Para Fourier, haveria tolerância à propriedade privada, enquanto para Owen não se havia essa possibilidade. Além disso, enquanto para Owen a cota de participação deveria ser proporcional ao capital investido, para Fourier haveria uma série de fatores a serem considerados, inclusive talento e habilidades.

Proudhon discorreu pouco sobre a maneira com que os empresariais deveriam organizar-se, em sua obra é citada constantemente a necessidade de melhora de condições laborais, sem, contudo minimizar a importância dos empresariais. O ponto mais marcante de seus arranjos societários era a autogestão impressa e a imensa tentativa de reduzir o poder estatal no controle de vida dos cidadãos, tendo para isso liderado a construção de um banco, que visava desvincular do poder de Estado a questão creditícia.

A propositiva iniciada por Saint-Simon também se voltava menos para a questão da concepção da empresa e da associatividade dos operários, apesar de não desconsiderar a relevância do trabalho para a sociedade. Sua premissa de “pessoas úteis”, que incluíam inclusive os detentores de capital e donos de fábricas deixa isso bastante claro. As composições tricamarais, a seu ver, serviriam para alocar pessoas “adequadas” nas funções a quais poderiam de maneira contundente, serem relevantes ao meio em que se encontram.

Em questão prática, a literatura apoia a afirmativa de que apenas Owen e Proudhon dentre os quatro, efetivamente viabilizaram a aplicação de suas teorias, ainda que tenham sim havido empreendimentos que tenham tido como norte as outras teorias, porém em números menos significativos.

Uma similaridade bastante marcante entre Saint Simon e Owen está na relevância dada por ambos à educação. Saint-Simon, inclusive, propunha uma divisão entre a educação concedida aos trabalhadores, chamada de “educação especial” e a educação voltada à formação do homem “educação geral”. Pinho (2004) explana que a Cooperativa de Rochdale é uma das aplicações mais genuínas que mostra o significado da educação aos cooperados, havendo

destinação percentual do total dos recursos para a ampliação de bibliotecas e viabilização de escola aos filhos dos integrantes da cooperativa.

Por fim, nota-se que ainda que as quatro asserções possuam *modus operanti* distintos, todas tiveram seu valor e visavam nortear as conduções do que se havia naquele cenário belicoso para uma confluência harmoniosa e dignificante da relação do ser humano com o trabalho.

2.2 A economia solidária na atualidade

Uma vez relatadas as condições filosóficas e sociais que serviram para alicerçar a economia solidária, é necessário que este trabalho se volte ao presente a fim de analisar as condições com que se apresentam esses empreendimentos solidários e que dessa maneira possa-se apontar os pontos positivos destas aplicações, as distorções e o que restou daquilo que fora inicialmente confabulado no século XVIII.

Monteagudo (2002), Arroyo e Schuch (2006), Pitaguirí *et al* (2012), bem como o próprio Ministério do Trabalho (2017) traçam a mesma linha de pensamento da forma com que a economia solidária se operacionaliza, isto é, através do pilar formado pelas quatro vertentes principais: cooperação, ação econômica, autogestão e solidariedade, pontos esses já percorridos. Entretanto, a literatura não é unânime quanto aos equívocos de aplicação destes princípios e práticas nestes empreendimentos.

O levantamento do Segundo Mapeamento Nacional, ao verificar uma série de dados de 19.708 empreendimentos, tomou ciência de que para estas cooperativas os principais desafios pautam-se em: gerar renda aos sócios (14.503), viabilizar economicamente o empreendimento (13.108), manter a união do grupo (11.048), efetivar a participação e autogestão (8.611), articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária (8.457) (SENAES, 2013).

Ainda que os problemas sejam majoritariamente econômicos (e inclusive sejam os pontos que norteiam a elaboração do presente trabalho), é possível ver que outras das premissas básicas, como a autogestão também são consideradas desafios aos empreendimentos.

Neste trecho do trabalho ainda não serão abordadas diretamente as distorções de cunho exclusivamente econômico, como a geração de renda aos sócios e a viabilização econômica dos empreendimentos, pois serão guardadas para discussão futura. Neste momento se discorrerá sobre a autogestão e a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária, pontos que são apontados por quase metade dos empreendimentos pesquisados como sendo desafiadores.

Bourdet (1974), um dos grandes defensores da autogestão, explana sobre a quebra de paradigma que essa maneira de condução representa, não apenas para os negócios, mas para a sociedade como um todo, em sua concepção:

“A autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, no sentido que ela destruía a noção de política [como gestão reservada a uma casta de políticos e dirigentes] para criar outro sentido da palavra: isto é, a gestão, sem intermediários e em todos os níveis, de toda a sociedade, por todos os homens (1974, p.122).”

Considerando-se o rompante que a autogestão implica e que o ser humano desde seus primórdios é condicionado a seguir, obedecer, muito mais do que discutir o bem comum e quais as metas e objetivos coletivos, não é de se surpreender que haja tantas imprecisões e equívocos ante essa prática.

Benini e Benini (2010) tecem negativas opiniões sobre sua viabilidade, uma vez que, por mais idealizado que seja seu funcionamento, as empresas continuam inseridas na lógica capitalista de mercado. Na visão dos autores, essa forma de condução dos negócios, tende a pouco se diferenciar do que se tem convencionalmente na forma de relação patrão-empregado e que, em verdade representam fôlego ao sistema, uma vez que servem de organização funcional ao seu andamento e que acabam por sufocar parte do movimento trabalhista, que, por lutarem em causas pontuais, tornam-se menos solidários ao restante da classe trabalhadora.

Luxemburgo (2008) apresenta perspectiva semelhante à de Benini e Benini (2010), uma vez que considera que as cooperativas de produção são um híbrido, isto é, uma produção socializada, dentro de trocas capitalistas. A autora explana que o que se sucede no capitalismo é que toda a condição de existência é dependente de trocas, ou seja, mercadorias, serviços e bens por capital, assim, definem-se metas, intensificações ou flexibilizações, aumento ou redução da

força de trabalho com base nas bases do mercado. As cooperativas ideologicamente não servem aos interesses do capital, ou seja, lucro não é sua principal e exclusiva condição de existência, mas à subsistência de seus participantes, ainda assim, ante tamanha proporção e força do mercado, um axioma impõe-se às cooperativas: ou se voltam à frustração financeira e econômica, mantendo-se nos ideais de autogestão dos funcionários e sem uma eficiência econômica, ou institui-se um cooperativismo burocrático, em que a autogestão não é orientada para e pelos trabalhadores, mas por uma série de variáveis de mercado e gerenciais.

Wellen (2008) endossa o coro crítico à autogestão, pois, para eles, a ideia de que coletivamente trabalhadores sentariam, democraticamente, para decidirem seu futuro, sem que houvesse sobreposição de vaidades e imposição de vontades de uns sobre outros, seria similar a tentar criar uma racionalidade peculiar, que teria de fazer submergir qualidades autenticamente humanas. Tal tese, segundo eles, possui exacerbado grau de voluntarismo e tende a uma posição ideológica plenamente idealista.

Lisboa (2005) sintetiza toda essa discussão ao dizer que

“(…) ainda que necessários, os valores da autonomia, cooperação, democracia ou mesmo consumo solidário não são suficientes para quebrar o espírito capitalista e subordinar, assim, o mercado às finalidades supremas da sociedade. (2005, p.3)”

Singer (2009), em oposição às críticas de Luxemburgo (2008) defende que a análise da autora despreza o fato de que em empreendimentos solidários há resistência dos trabalhadores ao absolutismo do capital, inclusive, cita ele, já na época em que Luxemburgo escreveu sua crítica, em 1899, os trabalhadores já haviam galgado significativos passos na luta contra intensificação unilateral de trabalho e condições precarizantes do mesmo.

Singer (2002) completa sua explanação:

“Se as condições de trabalho na fábrica eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados tem que produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não tem, o que lhes permite se auto explorar menos; além disso, os cooperados tem liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados tem de obedecer as determinações da direção (SINGER, 2003, p.17)”

Portanto, com base no exposto é possível de se notar que o tema da augestão e da organização laboral divide a opinião de intelectuais e estudiosos. O fato é que ambos lados possuem pontos válidos, a explanação dos críticos ao seu funcionamento encontra sustentação, inclusive, nos levantamentos do Segundo Mapeamento Nacional (2013), questionário este realizado em contato direto com as próprias cooperativas.

A integração entre empreendimentos solidários, que como já visto, também foi apontada como um dos fatores de maior desafio para viabilidade e existência, é um ponto que tem sido diversamente abordado entre os teóricos, que através de estudos de caso conseguem dar exemplos bastante exitosos nesse sentido, mas que não deixam de ser pontos isolados visto a quantidade de empreendimentos que há e que poucos são os que se associam mutuamente.

Singer (2009) descreve esse movimento associativo:

“(...) as empresas não se fundem, mas se associam formando empresas ou cooperativas de segundo grau; as de segundo grau se associam formando empresas ou cooperativas de terceiro grau e assim por diante.”

Georges (2013) e (2011) relata o caso da Reciclamp, uma aglomeração de cooperativas populares de catadores de recicláveis que ao se unirem, formaram uma robusta cooperativa de segundo nível¹ que seleciona, separa e destina adequadamente o que foi coletado. Também em seus artigos, descreve o caso da Justatrama, outra rede de empreendimentos de economia solidária organizados que plantam, tecem, fiam e confeccionam peças de vestuário feitas de algodão ecológico. No entendimento do autor, essas empresas ganham sinergia, robustez, são sustentáveis ambiental e economicamente e formam o que foi cunhado como “cadeia de suprimentos solidária”.

Port (2017) também descreve um caso peculiar da Cooperativa de Consumo dos Condutores Automobilísticos de Veículos Rodoviários de Caxias do Sul, a Coocaver. Nessa união, os taxistas, além de formarem uma cooperativa, o que aumentou significativamente sua capilaridade, também perceberam que tinham condições de juntos eliminarem um problema sério e

¹ Faria e Lucas (2003) explicam que cooperativas de segundo nível são aquelas que associam-se a outras cooperativas através de um processo de fusão ou colaboração mútua, que possibilitam apenas níveis intermediários de integração e controle, que serão ainda menores ao nível das alianças táticas e operacionais de natureza claramente pontual. Distinguem-se das cooperativas de terceiro nível pois estas últimas apresentam integração total de atividades.

comum: os custos de combustíveis nos postos de gasolina, pois eram muito elevados. Resolveram, pois, criar uma rede de abastecimento que, para os cooperados, pratica preços de custo e para o restante da população, um pouco mais em conta do que o restante dos concorrentes.

Singer explica que há um processo ainda mais sofisticado de formação de cadeias, que formam os chamados conglomerados cooperativos, que são empresas de ramos diferentes que se unem, fundem e associam, criando sinergia à montante e à jusante.

“(...) a formação de conglomerados é imperativa. Nas indústrias de montagem ou desmontagem, como a automobilística, a aeronáutica, a frigorífica, petrolífera etc., a firma montadora ou refinadora integra grande parte das firmas produtoras de insumos assim como as firmas que processam e distribuem seus produtos. À medida que o conglomerado cresce ele se diversifica, incorporando firmas que lhe fornecem serviços: bancos, seguradoras, escritórios de advocacia, de publicidade, etc. A conglomeração permite fundir em planos de médio longo prazo as atividades complementares de dezenas ou centenas de empresas distintas, com grandes ganhos de produtividade em comparação com as empresas que continuam expostas às vicissitudes dos mercados competitivos tanto para se abastecer como para escoar sua produção. (SINGER, 2009, p.110)”

Um emblemático exemplo de conglomerado brasileiro é a Aurora alimentos, uma enorme representante do setor alimentício, sendo hoje a maior cooperativa de produção alimentícia e o terceiro maior frigorífico do país. Além de promover a aquisição de empresas menores, que se convertem aí aos princípios solidários, ela é fruto da colaboração de treze outras cooperativas, presentes em mais de 500 municípios em diversos estados, que abrangem quase 100 mil famílias trabalhando nesses moldes. Seu faturamento em 2016 atingiu a cifra de 8,5 bilhões de reais (Aurora, 2017).

Ainda que a Coocaver e a Reciclamp não tenham tamanho para que sejam consideradas conglomerados, é possível notar que empreendimentos menores que rumam na mesma direção, de criação de forças conjuntas, redução de intermediários, aumento de eficiência e associação de empresas de ramos distintos, tendem a gerar um fortalecimento e maior robustez.

A nível mundial, o maior exemplo de conglomerado cooperativo é Mondragón Corporación Cooperativa, na Espanha. São atualmente 261 entidades que a compõe, com 74 mil pessoas trabalhando conjuntamente. Mondragón é o sexto maior complexo industrial da Espanha, que produz

soluções de engenharia para instalações ambientalmente amigáveis, trabalha com a promoção de projetos de desenvolvimento de energias renováveis, fabrica moldes por injeção termoplástica, além de atuar nas áreas financeiras (administradora de seguros, ativos imobiliários, fundos de investimento, assessoria patrimonial, etc), de distribuição (produção e distribuição de produtos orgânicos, logística comercial, restaurações etc) e de conhecimento (oferecendo cursos acadêmicos, técnicos e profissionalizantes), com 12 bilhões de euros de faturamento, sendo 22,7 milhões de euros em ações sociais, treze sedes internacionais (inclusive uma delas em Americana, SP). (MONDRAGÓN, 2016)

No Brasil, outros grandes conglomerados cooperativas são as duas grandes redes de cooperativas de crédito, Sicredi e Sicoob. Para que se entenda a representatividade do sistema cooperativo financeiro, este é atualmente o sexto maior conglomerado bancário no Brasil, com 3,26% dos ativos totais, 6,30% da quantidade de depósitos, 5,73% do patrimônio líquido bancário e 3,03% das operações de crédito totais. (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2017)

De acordo com dados recentes, o Sicoob registrou no primeiro semestre a quantia de 2017, R\$ 83.4 bilhões em ativos, um aumento de quase 23% se comparado com o mesmo período de 2016 e aumento em 9,1% no lucro líquido do período. A Sicredi também anunciou surpreendentes dados para 2016, com crescimento de 36,1% no resultado, com R\$ 1,96 bilhão de resultado líquido (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2017)

Com as avaliações feitas e demonstrando alguns casos de sucesso do método solidário, convém traçar um panorama estatístico de como se encontra a economia solidária no Brasil.

2.3 A economia solidária no Brasil

O panorama da economia solidária no Brasil, passados dezesseis anos da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), parece ser bastante desfavorável, haja vista a extinção da SENAES, a possível precarização das relações trabalhistas dada a reforma trabalhista através da Lei 13.467/2017 (que afrouxa os efeitos da estabilidade trabalhista e reduz consideravelmente o papel de sindicatos) (BRASIL, 2017) e a não aprovação do

Projeto de Lei 4685/2012, que regulamentaria as relações da economia solidária. Entretanto, ainda assim, os estudos de Silva e Carneiro (2016) mostram que dos EES existentes, 65,1% foram criados a partir de 2000, 27,3% na década de 1990, 5,9% nos anos de 1980, e menos de 2% nas décadas anteriores.

A Rede Brasil Atual (2014) aponta que a ES já representa uma monta superior a 8% de todo o PIB brasileiro, isto é, toda a soma de riquezas produzidas em território nacional, sendo essa porcentagem primordialmente formada por Associações de agricultura familiar, empresas recuperadas e administradas por trabalhadores, cooperativas de coleta de material reciclável e de costura, cujos motes principais norteadores são produção limpa, agricultura orgânica e materiais de excelente qualidade, preferencialmente de origem também cooperativa.

Em questões estruturais, o Segundo Mapeamento, dividia os EES no tocante a suas atividades econômicas, com enfoque em seis classificações diferentes: a) troca, b) produção, c) comercialização, d) prestação de serviços, e) créditos ou finanças e f) consumo / uso coletivo. Os resultados são expostos na tabela 1:

Tabela 1 - Empreendimentos Solidários por atividade econômica principal

Atividades	Total	%
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,1
Comercialização ou organização de comercialização	2.628	13,3
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Poupança, crédito e/ou finanças solidárias	328	1,7
Total	19,708	100

Fonte: (SILVA, e CARNEIRO, 2016, p.19)

Interessante de que se notar é que, ainda que a teoria inicialmente pregasse uma certa predileção à permuta entre serviços e mercadorias, hoje poucas são as iniciativas solidárias que efetivamente subsistam em um sistema de trocas. O princípio solidário de eficiência econômica, isto é, a prerrogativa de se ter uma administração e gestão capazes de gerar excedentes para dividir entre os associados é bem mais forte nesse sentido.

A predominância destes EES também se dá mais comumente nas áreas rurais. De acordo com o SENAES (2013), 54,8% dos empreendimentos estão em áreas rurais, 34,8% em áreas urbanas e 10,4% em ambos. Destas localizadas no meio rural, é onde há a maior predominância das respostas de que suas atividades econômicas estão ligadas à trocas (65% do total) e 85% do total de respostas de consumo.

Os EES, além de proporcionarem alto senso de sociabilidade e incluir – naturalmente – pessoas que seriam muitas vezes marginalizadas, também demonstra que pode ser uma excelente forma de inclusão à mulheres em cargos de liderança. O SENAES (2013) relata que havia na ocasião 86,040 mulheres que ocupavam funções de coordenação/liderança, contra 66,696 homens. O mais notável disso tudo é que as mulheres ainda são minoria (substancial) em quantidade absoluta nesses empreendimentos (803.373 homens, 620.258 mulheres).

E ao se abordar a questão da empregabilidade, desde que a severa crise econômica se abateu no Brasil (em 2015), a economia solidária poderia estar sendo debatida como uma possibilidade viável para o desemprego. Aquino (2017) mostra, inclusive, que esta temática tem sido tomada por governos de estado (na reportagem em específico trata-se da Bahia) e que os benefícios desta adoção seriam vários: retirada das pessoas da inatividade econômica; aumento do sentido de pertencimento; geração de renda comunitária e local, que asseguraria melhorias de condições em locais específicos e com retorno imediato às pessoas.

Um importante estudo feito por Kuyven e Kappes (2013), conduzido pela metodologia proposta por Gaiger (2007) revelou que do primeiro, realizado em 2007, para o segundo mapeamento de economia solidária, sobreviveram nos seis anos seguintes, primordialmente aqueles que tinham um índice maior de

solidariedade, em detrimento ao de maior empreendedorismo, especialmente pois isso motivava uma maior estabilidade laboral aos associados.

Os autores também mostram que alguns fatores que auxiliaram à sobrevivência destes empreendimentos foram: gestão transparente, maior qualidade e procedência dos insumos utilizados, a capacidade de obtenção de crédito e investimento, a remuneração e vínculo regular dos trabalhadores, o investimento na formação dos recursos humanos, a penetração ampla no mercado e a ocorrência de férias e/ou descanso semanal para os sócios que trabalham no EES.

Silva e Carneiro (2016) demonstram que as principais motivações para a composição de algum EES são financeiras. Tomando por base o SENAES (2013), em sua tabulação é possível notar que 48,8% do total procuravam por ser uma fonte complementar de renda; 46,2% por ser uma alternativa ao desemprego; 43,1% maiores ganhos em empreendimentos associativos.

E os retornos parecem existir, uma vez que, de acordo com os autores, 43,2% dos EES possuíam excedentes após o pagamento de suas despesas. O questionamento que deve ser feito é em questão quantitativa: será que esses excedentes distribuídos seriam quantidades suficientes para uma melhora momentânea em condição de vida ou seriam apenas valores simbólicos? Seriam suficientes à subsistência e ao conforto básico?

Problemas há em todas as instâncias e em diversas vertentes da ES. Desde autogestão, até o fato de que há cooperativas criadas exclusivamente para burlar o sistema convencional trabalhista, uma vez que se paga menos para manter a cooperativa. Não haveria como fazer um relato fidedigno do panorama em que se encontra essa forma de economia solidária, sem se destacar esses pontos a serem combatidos e aperfeiçoados, mesmo que essas distorções não sejam o tema principal deste trabalho, mas sim o viés econômico.

E, de fato, tomando-se por vista os números do Segundo Mapeamento Nacional, o principal tema acerca destes empreendimentos parece ser como conseguir tocar sua sobrevivência e a maneira com que se estruturam para ter sustentabilidade. O próximo tema a ser abordado, desta maneira, é a forma com que a economia solidária e a sustentabilidade se relacionam.

2.4 A sustentabilidade na economia solidária

O termo sustentabilidade é comumente relacionado à sua feição ecológica, entretanto, essa visão é insuficiente e não reflete seu atual significado. Sustentabilidade é muito mais abrangente do que essa definição.

Se em sua concepção inicial, na Alemanha em pleno século XVII, sustentabilidade referia-se à administração e controle de retirada e reposição de recursos naturais nas florestas, entretanto, conforme mostra Abramovay (2015), ao longo dos anos e de maneira mais acentuada no século XX, seu real significado foi sendo modificado, tornando-se de certa forma mais robusto e amplo.

De acordo com Mikhalova (2004), foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, que delineou as primeiras tratativas acerca de algo que seria futuramente denominado “desenvolvimento sustentável”, com a ideia de melhor utilização ambiental, com equilíbrio. As primeiras relações de gerenciamento ambiental, como solução a algumas mazelas, como a fome, foram incipientes desta organização.

Também data essa época a proposta do Clube de Roma, que propunha contingenciar o crescimento dos países para evitar o grande colapso ambiental. Ou seja, fazer com que houvesse um “limite de crescimento” para as nações a fim de que não houvesse uma derrocada no meio ambiente (BOFF, 2015).

Em 1987 o relatório de Brundtland relacionou as condições de inovação, tecnologia, convivência política e economia para com a preservação do ambiente e chama às responsabilidades de todos, tanto entre gerações, como entre integrantes de nossa sociedade atual para a causa. Fato importante do relatório é que este entregou o seguinte conceito: “desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (JACOBI, 2003).

Já em 1992, portanto duas décadas após as proposições iniciais, outro grande encontro para discussão de desenvolvimento e ambiente ocorreu, desta vez na cidade de Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Econômico, o Rio-92, que fez com que se institísse o desenvolvimento sustentável como questão central das políticas ambientais.

No século XXI, as duas reuniões mais emblemáticas (até o momento) foram a Rio +10 e a Rio +20. Na Rio+10, cujo nome oficial foi Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, houve a grande reafirmação do que se chamou de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (que em 2000 firmaram uma série de compromissos entre as nações, com prazos e indicadores) e que faziam a severa crítica aos baixos resultados alcançados no hiato de uma década que se deu entre a Rio-92, pela falta de comprometimento dos países potências (Rio+10) (BRASIL, 2013)

Já na Rio+20, produziu-se um documento final intitulado "O futuro que queremos", que se reafirmou uma série de compromissos, entretanto novamente as críticas apareceram, sendo essas principalmente direcionadas à falta de clareza, objetividade e ao não estabelecimento de metas concretas para que os países reduzam a emissão de poluentes e preservem ou reconstituam suas áreas naturais. (BRASIL, 2013)

Tal relato histórico faz-se importante para o entendimento do desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, ainda que de sua maneira mais genérica e abrangente, é interessante notar como as proposições foram paulatinamente aglutinando as necessidades de preservação e trato do ambiente, para com medidas a erradicarem severos problemas sociais. Ainda assim, as concepções mostradas encontram mais amparo e refinamento na literatura.

Entretanto todos esses alicerces conceituais desenvolvidos mais fortemente no século XX são constantemente postos em xeque quando confrontadas com alguns estudiosos da chamada economia ecológica. Georgescu-Rougen (1971) argumenta sobre a impossibilidade de se conciliar métodos de produção, desenvolvimento e uso ambiental com a temática da sustentabilidade, ao afirmar que uma proposta "ganha-ganha", pois sempre haverá um *trade off* desigual entre proteção ambiental e lucro, no qual a pressão por resultados financeiros a curto prazo provavelmente predominará.

Mueller (2005) faz a correlação de tais concepções om as ideias de sustentabilidade fraca e forte, em que para ele a sustentabilidade fraca é aquela que unicamente acredita que basta manter o estoque de capital total² (natural e

² Solow (1993) descreve que são quatro os tipos de capitais: capital produzido (kp) que seria todo o estoque de infra-estrutura, máquinas e construções detido por uma sociedade, sendo

artificial) ao longo das gerações e que, em caso de redução, cada um desses capitais sejam contrapesos entre si. Sustentabilidade forte, em contrapartida, seria aquela com deve de aumento de capital natural, não sendo ambos os tipos de capital substitutos, mas sim complementares, devendo ser geridos em separado.

Mesmo a ideia de que o desenvolvimento tecnológico pode resultar em sustentabilidade, defendida por Baumol (1986) e disposta em Amado, Meza e Sauer (2017), só faria sentido se todo sistema tivesse crescimento perpétuo de recursos, com aumento de eficiência econômica acima dos níveis de deterioração natural.

Mas esta é uma ideia refutada, tendo-se em vista que em Georgescu-Roegen (1984) encontra-se a explanação clara de que mesmo em crescimento perpétuo, há limites para a eficiência dos sistemas e esses ganhos de efetividade nem sempre se mostram realmente sustentáveis.

A despeito de toda a teoria e debate apresentados, atualmente, um entendimento bastante mais simples tem sido utilizado para tratar das dimensões da sustentabilidade empresarial: o *triple bottom line*, ou tripé, que estipula que são três as vertentes a serem consideradas: a econômica, a ambiental e a social (ABRAMOVAY, 2015). Essa concepção é bastante influenciada pela área da administração.

Benites e Polo (2013) descrevem de maneira superficial a abordagem de cada uma das três vertentes. Para eles, a versão ambiental do tripé age em torno de análise de impactos dos fatores que podem ser direta ou indiretamente afetados pela empresa ou empreendimento. Os produtos devem trabalhar para serem o menos lesivos ao ambiente, associados a uma gestão de riscos adequada, bem como um cuidado direto com a restauração ambiental.

Duarte, Silva e Machado (2013) possuem uma visão bastante similar a dos autores e reforçam a questão de como se comprovar o grau de relação

ele físico e acumulado pelo sistema econômico; capital humano (kh), que compreende as habilidades produtivas da força de trabalho, podendo serem aumentadas através de investimentos em educação, treinamentos e capacitações; capital social (ks), que representa toda a estrutura institucional de uma sociedade, cujo papel é central no desenvolvimento de uma dada economia e capital natural (kn), que é um item complexo, remetendo-se a estoques de recursos energéticos e demais recursos naturais. A soma de todos esses capitais resultaria no estoque de capital total e para qual a sustentabilidade seria, em verdade a manutenção de todos esses fatores.

desses empreendimentos com a questão ambiental. Para esses autores, isso só é possível através da aplicação de indicadores que deem um panorama real do grau de sustentabilidade ambiental, sendo os mais usuais destes o índice de sustentabilidade ambiental, a pegada ecológica e os indicadores desempenho energético.

Sobre a visão social, Coutrim, Gouvea e Lima (2006) e Sachs (2008) lecionam que esta deve necessariamente estar relacionada com a melhor distribuição de renda, redução de disparidades sociais e asseguramento de direitos básicos dos cidadãos.

Benites e Polo (2013, p.8) complementam ao afirmarem que a “a linha social observa o histórico de saúde e segurança, impactos na comunidade, direitos humanos e privacidade, responsabilidade social do produto e empregados”. A última das vertentes, a econômica, é definida pela possibilidade de continuidade de um negócio, com lucros, rendimentos e retorno aos acionistas.

Uma das iniciativas que parece melhor realizar esses conceitos de sustentabilidade é a economia solidária.

Paul Singer (2002) relembra de que nela há igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles e há autogestão, uma vez que os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, com repartição dos lucros. A sustentabilidade econômica é vital para esse tipo de empreendimento, e a participação social é feita quando se nota o estilo associativista e o sentido de pertencimento de grupo e inclusão que são proporcionados.

Além disso, Singer e Souza (2003) também mostram que há uma conformidade ecológica bastante rigorosa, uma vez que é de premissa desses empreendimentos que seus produtos sejam puros, isto é, não alterados e que notadamente há uma enormidade de cooperativas e empreendimentos solidários ligados a questões de reciclagem e reutilização de produtos.

Sachs (2009) vai além do que propõe a *triple bottom line* e define que há pelo menos oito vertentes que devem ser consideradas quando se abordado o assunto, sendo elas: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional).

Interessante para complementar a visão de sustentabilidade, é notar que não necessariamente essas vertentes, que de início não parecem ter sinergia entre si, são excludentes. Ao contrário. As variáveis tendem a ser complementares umas das outras. Corrobora-se tal afirmação com alguns poucos exemplos que dão a dimensão da grandiosidade e sinergia do tema.

Haveria dúvidas, por exemplo, de que a condução econômica de dado lugar, com suas formas de produção e posturas (uma concorrência predativa como se vê em boa parte do mundo) terá influência direta na quantidade e na maneira com que os recursos são explorados? Ou mesmo direcionando o exemplo à frente política, o nível de coesão social, distribuição de renda e apropriação de direitos humanos influenciam diretamente na questão territorial (superação de disparidades inter-regionais), econômica, cultural (equilíbrio entre inovação, tradição e elaboração de um projeto integrado), etc.

Tomando-se em vista o objeto de estudo deste trabalho e os objetivos já previamente traçados, a principal linha a ser analisada será a econômica, que diretamente impacta as outras duas, quando se tratando de empreendimentos de economia solidária. O próximo capítulo, portanto, tem-se como tema cerne as finanças solidárias e o microcrédito.

3 FINANÇAS SOLIDÁRIAS E O MICROCRÉDITO

A distorção que representa maior impeditivo para a sobrevivência de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) jaz na dificuldade de obtenção e manutenção de crédito. Por serem em sua maioria pequenos e muitas vezes incapazes de oferecer as garantias que o sistema financeiro convencional exige, muitos desses empreendimentos veem-se marginalizados e fadados à falência, sem recursos para investir e – muitas vezes – com dificuldades de caixa.

Para que houvesse uma mitigação desses problemas enfrentados, o sistema solidário resolveu encontrar seus próprios métodos de financiamento e que englobassem a mesma lógica de solidariedade, cooperação e participação coletiva, surgindo assim, as chamadas finanças solidárias.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (2013, s/n) descreve que:

As finanças solidárias distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados. (...) as finalidades das iniciativas de finanças solidárias estão relacionadas ao alcance de objetivos comuns, de promoção do desenvolvimento local por meio da dinamização do consumo e da produção de bens e serviços da própria comunidade. Distinguindo-se, portanto, do sistema financeiro que visa a acumulação ou obtenção de valorização dos recursos financeiros com base na especulação.

De acordo com Singer (2002), a principal via de promoção das finanças solidárias ocorre por meio da concessão creditícia, mais comumente pelo microcrédito. Na definição de Banco Central (2001), microcrédito representa pequenas quantias emprestada a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional.

Há muita discussão em torno do que seriam essas pequenas quantias, entretanto, não parece haver um consenso, ainda que as operações sejam totalmente embasadas por legislações competentes aos agentes operacionalizadores, a definição de “pequenas quantias” não parece encontrar um numerador comum.

O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) (2015), lança mão de um programa de concessão de microcrédito produtivo que permite a obtenção de crédito de quantias até R\$ 50.000,00. Zubelli (2012), em seu levantamento

mostra alguns exemplos dessa discrepância. De acordo com a autora, na ocasião de seu estudo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecia que microcrédito deveria ser para valores entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00, o Banco da Mulher realizava empréstimos que variavam de R\$ 1.000,00 a R\$50.000,00, dependendo do tipo de empreendimento e da natureza da pessoa (física ou jurídica) e o Banco do Nordeste adotava como critério base o valor máximo de R\$6.000,00.

Independentemente de uma monta unificada ou não, fato é que a concessão de microcrédito denota um dos maiores alavancadores sociais, correspondendo, de acordo com Banco Central (2018) a R\$ 1,7 trilhão emprestados à população como um todo, de janeiro a agosto de 2018.

As definições de Abramovay e Junqueira (2005) *apud* França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) parecem ser bastante pertinentes ao definirem que as finanças solidárias são uma forma de micro finança que valorizam o potencial de mobilização de investimentos locais, a junção de fundos ao consumo e produção, e redes de relações sociais entre indivíduos como forma colateral de controle que não é baseado em ativos.

Para se pôr em prática todas essas operações, Singer (2002) elucida que três pilares sustentam essa iniciativa: cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos solidários. Todas essas formas serão dispostas nos subcapítulos subsequentes.

3.1 As cooperativas de crédito

Como visto no segundo capítulo, o movimento cooperativista iniciou-se na Inglaterra, no século XIX, motivado principalmente pelos intentos de Robert Owen, sendo a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, uma cooperativa de consumo, o marco mais significativo e definidor deste primeiro momento.

O cooperativismo de crédito é o segundo tipo de cooperativismo a surgir. A definição do Banco Central (2018, s/n) para esta modalidade cooperativa é a seguinte:

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária (Banco Central, 2018, s/n).

Para entender o que motivou sua criação, vale lembrar das condições que se impunham aos trabalhadores na segunda metade do século XIX. Os trabalhadores viviam um ciclo vicioso com relação ao capital, isto é, não possuíam o suficiente para sanarem as necessidades básicas de suas famílias, homens e crianças trabalharam jornadas ultra estafantes na produção, por horas à fio e sem descanso e acabavam sempre recorrendo à agiotagem para sanarem suas demandas alimentícias ou em busca de melhores condições. Não bastasse esse alto grau de endividamento, ainda eram, muitas vezes, obrigados a comprarem de seus próprios patrões, pois estes também detinham posse dos comércios. Dessa forma os ciclos de endividamento e inadimplência eram enormes.

Singer (2002) explana que a criação das cooperativas de crédito deu-se na Alemanha, em um momento muito complicado. No ano de 1846, o país todo havia sido castigado uma perda de safra de cereais. A fome e as dificuldades motivaram dois homens, em locais distintos, a procurarem soluções reais para contornar essas situações, Hermann Schulze-Delitzsch, na área urbana, e por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na área rural.

Meinen e Port (2013) relatam que Herman Schulze era juiz na cidade de Delitzsch e na ocasião da grande fome, decorrente da perda de safra em 1846, resolveu que formaria um comitê de auxílio aos produtores necessitados. Alugou uma padaria, um moinho e distribuiu pães àqueles que passavam fome. Alguns anos depois, em 1850, sociedade mútua para artesãos, para servir de seguro cooperativo em caso de enfermidades e, para auxiliá-los, fundou uma cooperativa de compras para os mestres sapateiros.

Os mesmos autores completam o relato dizendo que a experiência gerou frutos, mas não foi efetiva pois se percebeu que os benefícios de compras

conjuntas só poderiam ser reais se os produtores tivessem acesso a crédito. Dois amigos de Schulze, em Eilenburg, haviam fundado uma associação de apoio e foi copiando os moldes desta associação que ele cria a primeira cooperativa de crédito, em 1852. Os princípios básicos eram a) cada novo membro deveria participar da subscrição de capital, com uma módica quantia, e prestações, também simbólicas, divididas ao longo do ano; b) as poupanças deveriam ser obrigatoriamente depositadas na cooperativa para constituição de capital de giro e c) haveria responsabilização ilimitada dos sócios na eventual contratação de dívidas da cooperativa para sanar necessidades dos sócios.

Pinho (2004) complementa que esse tipo de cooperativa é chamado de Banco do Povo e possuem caráter autogestionário, com assembleia constituída em votos singulares, isso é, independentemente da quantidade de cotas, cada membro só teria direito a um voto, distribuição de excedentes aos membros e com um conselho de gestão e administração responsável pelas opções empréstimo e tomada de capital.

Sobre as cooperativas de crédito criadas em decorrência da forma de pensamento de Raiffeisen, estas apresentam *modus operandi* diferente dos Bancos do Povo, ainda que tenham tido estes como base. Singer e Souza (2003) explicam que Friedrich Raiffeisen era prefeito da cidade de Flemmersfeld e que, comovido com a falta de crédito que era imposta aos camponeses, resolveu criar, em 1849, uma União Auxiliar de Apoio aos Camponeses Pobres, que cedia crédito direto aos micro produtores para melhoria em suas fazendas e sítios. Já em 1854, já prefeito de Heddesdorf, criou outra dessas uniões, com os mesmos fins, só que promovia também a ressocialização de ex-criminosos, emprego de vadios e assistência à crianças abandonadas.

Pinho (2004) completa que as Raiffeisenbank não possuíam capital próprio até 1889, ano que em foi promulgada a lei que obrigava a existência de capital próprio. Na época fixou-se a quantia de R\$ 2,50 por cota e por membro. Também autogestionária, presta-se grande atenção à formação moral de seus associados (sua participação tem que ser autorizada por vizinhos, que atestem sua probidade). Assim como suas antecessoras, também propõe corresponsabilização ante os passivos contraídos pela cooperativa, com diferença de que o Raiffeisen preconiza a existência de um banco central

cooperativo para atender as exigências das cooperativas. Diferentemente das outras, esse formato não remunera os dirigentes e não distribui retornos.

É interessante se perceber que o cooperativismo de crédito advém de movimentos de políticos para ajudar a realidade do social e que, mesmo não devolvendo retornos aos seus associados, tenha sido a Raiffeisen o tipo mais difundido de cooperativismo.

Pinho (2004) relata que no início da primeira guerra mundial já era visível a superioridade numérica das Raiffeisen, ainda que as Schulze-Delitzsch tenham superioridade cronológica. Havia, em 1914, 17 mil cooperativas Raiffeisen, contra 980 Volkersbank (Bancos do Povo).

O fortalecimento do movimento cooperativista na Alemanha serviu para a proliferação para todos os cantos da Europa e de lá para o restante do mundo, a ponto de hoje em dia o cooperativismo de crédito estar presente em quase todos países do mundo, quer seja de maneira forte e robusta, como na França, China e Alemanha, quer seja de maneira mais tímida.

No Brasil, levou algum tempo até que se despontasse o cooperativismo de crédito. Em verdade, foi um padre suíço, de nome Theodor Amstad, que, inspirado pelos princípios Raiffeisen, trouxe essa cultura para o Brasil, ainda no final do século XIX.

Pinho (2004) relata que foi ele o grande impulsionador do movimento cooperativista no Rio Grande do Sul, fundando desde associações de agricultores até chegar ao ramo creditício.

Esta disposto na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2017) que as ideias e força de vontade de Amstad foram as forças motrizes para que se expandissem nos demais estados brasileiros as cooperativas. Atualmente, a mais antiga do Brasil e ainda em funcionamento é a Sicredi Pioneira, em Nova Petrópolis, datada de 1902.

A força que o cooperativismo brasileiro assumiu é expressiva, sendo a sexta maior entidade financeira do país. O Portal Cooperativismo de Crédito (2017) mostra que há 3,57% de todos os ativos bancários brasileiros, 6,84% dos depósitos, 3,42% das operações de crédito, estando a frente de grandes bancos, como Safra, Citibank e Banrisul.

O portal também relata que há uma predominância na Região Sul de cooperativas, sendo de suma importância, pois, em muitos casos, é a única

entidade financeira de algumas cidades. O Brasil está na 16ª posição no cooperativismo mundial, com mais de cinco mil unidades em todo o país e mais de sete milhões de associados.

De acordo com relatório de 2016 da Confederação Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU), o mundo possui 68.882 cooperativas de crédito, que atendem a mais de 235 milhões de pessoas, com 170 bilhões de dólares em reservas, 1,7 trilhão de dólares em ativos, 1,2 trilhão de dólares em empréstimos e 1,4 trilhão em poupanças.

É possível verificar que o cooperativismo de crédito possui amplas condições de se mostrar uma via com maiores participações no cenário brasileiro. Sua contribuição é imensa: além de promover inclusão e condições mais humanas ao circuito financeiro, ainda provê retornos aos seus associados.

3.2 Bancos comunitários

A segunda forma de finanças solidárias a ser apresentada é a dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD).

De acordo com Silva Júnior, Gonçalves e Calou (2007), os BCDs são experiências de economia solidária que visam apoiar o desenvolvimento de economias populares em locais em que há marcante vulnerabilidade social. Suas principais características são:

- a) Gestão feita pela própria comunidade, no referente à administração de serviços;
- b) Sistema integrado para vertentes creditícias, de produção, comercialização e capacitação;
- c) Circulação de Moeda social, em paralelo à moeda corrente do país.

A relevância para a questão social deste tipo de método solidário de financiamento tem como os outros, principalmente a inclusão sócia financeira propiciada.

Segundo França Filho (2004), essa utilidade social do investimento financeiro implica na aplicação ética do dinheiro, através da promoção de ações que vão além da finalidade econômica, mas que incorporam outros valores como

a luta contra a exclusão, a questão da preservação ambiental, a valorização da cultura, tendo como fim o próprio desenvolvimento local.

Coutinho (2009) *apud* Santana e Guzmán (2012, p.14) diz que

(...)a inclusão financeira deve ser vista como um passo importante para a inclusão social, inserindo as pessoas não apenas nos circuitos financeiros, através do acesso a serviços financeiro, mas também possibilitar acesso à educação, saúde e cidadania.

Sobre a criação dos BCDs, França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) salientam que ainda que hajam algumas possibilidades institucionais para sua formação, uma condição considerada *si ne qua non* para sua criação é a mobilização externa de seu território, isto é, o banco deve ser criado como resposta a um desejo da comunidade, a despeito de haver agentes externos auxiliando, motivando ou mobilizando esta comunidade

Desta forma, propõe-se que a iniciativa venha da sociedade, e não imposta. O Banco Palmas, mais relevante caso de BDC no Brasil, teve um início parecido. França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) contam que a criação do Banco Palmas se deu no Conjunto Palmeiras, um distrito afastado de Fortaleza, em 1981, quando a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras resolveu batalhar junto aos poderes públicos por condições básicas de existência, como acesso à água, educação e saúde. Uma vez galgados tais direitos de infraestrutura básica, a segunda grande luta empenhada foi a de redução à marginalização econômica que ali existia. O Banco em si surge com a perspectiva de que havia um enorme potencial de capital naquele conjunto, que se canalizado, poderia ser revertido em benefícios na própria comunidade.

Hoje, o Banco Palmas, que se tornou um correspondente do Banco do Brasil em regiões com ausência bancária, mostrou-se um grande sucesso, com mais de 103 agências espalhadas por 19 estados. Com milhões emprestados ano a ano, tanto em reais quanto em moeda social. (MORAES, NOGUEIRA e VIEIRA, 2015)

De acordo com Singer (2009), a moeda social iniciou-se no Brasil no Banco Palmas em 2000 e era utilizada exclusivamente pelos clubes de trocas que ocorriam duas vezes ao mês. Era uma forma de quantificar as permutas que ocorriam, ao dar um valor simbólico às mercadorias. Como as principais bases

de troca eram alimentos, produtos artesanais e roupas, era fácil de promover esse câmbio.

A ideia brasileira, entretanto, não era pioneira. Seyfang (2007), Woller e Parsons (2002) e Rigo e França Filho (2017) descrevem que em diversos locais do planeta, em pouco espaço de tempo, iniciativas similares ocorreram. No Canadá, em 1983, criaram-se as *Local Exchange Trading System* (LETS), que visavam uma alternativa para se encarar os efeitos de uma poderosa crise econômica, através de câmbios “sem dinheiro”. Nessa mesma época, nos Estados Unidos, surgiram os Time Banks, ou Time Dollars, que tinha como moeda o tempo despendido, a fim de se amenizar a carência que certos serviços cortados pelo governo acarretavam.

Da mesma forma, surgiram em 1994, na França, os *Systèmes d’Échange Local*, SELs, que eram moedas virtuais. O SOL, também criação francesa, era uma moeda complementar que não propunha apenas a aquisição de bens de consumo, mas também de conhecimento e tempo, em que se valorizavam, especialmente, práticas ambientalmente amigáveis. Na Alemanha, iniciativa similar tomou forma por meio da Chiemgauer, uma moeda social regional, presente nas áreas rurais. Também merecem destaque os “Nu Spaarpas”, moedas holandesas, que trabalhavam com um sistema de pontuação verde, que incentiva o consumo verde.

A tabela 2, retirada de Seyfang (2007), evidencia as características atinentes a algumas vertentes que ele considera como sendo indicadores de sustentabilidade no consumo, que seria aquele que estimula crescimento econômico, maximiza bem estar e protege o meio ambiente, sem afetar negativamente a capacidade de gerações futuras fazerem o mesmo.

Tabela 2 - Comparação dos vários tipos de formas de bancos comunitários ao redor do mundo

Índice de consumo sustentável	LETS	Time Banks	Nu Spaarpas

Localização	Ferramenta econômica, dinheiro localmente limitado para aumentar o multiplicador local, emprego e autoconfiança	A autoajuda da comunidade desta localizada primeiramente, de qualquer forma, então não há localização em rede	Recompensa por comprar de negócios locais
Redução de pegada ecológica	Algumas evidências de redução do uso de matérias, dividindo facilidades, reciclando, corte nos custos de transporte	<i>Time banking</i> concentra-se em serviços, não consumo. Alguns avanços em reciclagem, etc.	Incentiva reciclagem, transporte público, eficiência energética e troca justa de produtos
Construção de comunidade	Vastos benefícios sociais e comunitários. Aumento de coesão social e inclusão	Muitos benefícios sociais e comunitários, com incentivo à inclusão e ao capital social	Ferramenta individualista, mas inclusiva (não dependente de gastar dinheiro)
Ação coletiva	Mais individualista do que uma ferramenta coletiva. Promovida pelo governo local para mitigar pobreza e desemprego	Promovido pelo governo central para criar capacidade do setor voluntário e entregar serviços públicos. Podia ser a base para um modelo de coprodução	Ferramenta individualista, mas promovida pelo governo local
Nova instituição social	Algumas medidas igualitárias, como minimização de	Princípio central de valorizar todos os tipos de trabalho,	Aponta ajustes relativos à preços para incentivar o

	diferenças salariais. Capacidade de valorizar trabalho não mercantil.	recompensando esforços comunitários não remunerados, reciprocidade e mutualidade	consumo sustentável. Antecipa a internalização de custos e benefícios sociais e ambientais.
--	--	--	--

Fonte: SAYFANG (2007).

França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012), complementam que levou de dois a três anos até que pudessem expandir essa ideia, coloca-la em escala e aplicá-la à toda a comunidade. A moeda social Palmas foi implantada como moeda paralela ao real em 2002/2003 nas localidades do Conjunto Palmeiras e servia de base de troca nos estabelecimentos daquela região. Para torná-la ainda mais aplicável, lançaram também PalmaCard, que teria a função de um cartão de crédito, mas em folha de papel. O comprador assinava uma fatura e era possível fazer seu desconto no Banco Palmas, tanto em reais quanto em créditos de Palmas (o câmbio é de 1 real para cada 1 unidade de moeda social).

França Filho e Rigo (2017) descrevem que a fim de se viabilizar a emissão da moeda social, contou-se com quatro mecanismos de segurança, sendo eles: a) cadastro de número de série; b) marca d'água, para dificultar impressão; c) código de barras; d) marca para leitura ultravioleta. Além disso, para enrobustecer o sistema de lastro, o Banco Central exigia que para a emissão de cada moeda social, houvesse a existência de um real ou no cofre do Banco Palmas, ou em depósito em alguma conta bancária específica.

De fato, essa segunda opção é a que o banco tenta incentivar, para que se continue o giro de capital local.

Oliveira (2015) explica que as dificuldades logísticas de impressão continuada do Palmacard e a dificuldade de controle de fraudes levaram a sua extinção. Mas não sem deixar legado social. De acordo com a autora, o Palmacard fomentou na sociedade a cultura de solidariedade, bem como estimulou o consumo local e fortaleceu os empreendimentos locais e a relação entre comunidade-comércio. Atualmente, com o grande boom acarretado pela

internet, a preferência da concessão de créditos está sendo via e-dinheiro, que através de aplicativos de celular, os usuários podem realizar suas transações como: pagamentos, depósitos, cobranças, checagem de extrato e até resgate.

O convencimento do uso, contudo, não veio de maneira fácil, mas sim em doses homeopáticas e paulatinamente. Foi necessário empregar uma série de recursos que aumentassem a sensibilidade da população à necessidade de se consumir localmente, como vídeos, cordéis, teatros e até fotonovelas mostrando aos moradores a realidade em que estavam inseridos. A ideia gerou frutos, houve adesão de comerciantes às moedas sociais e por alguns anos sucedeu-se um expressivo aumento nos volumes emprestados, sendo que naquele momento havia clareza dos objetivos por parte dos moradores e dos potenciais resultados que seu uso poderia acarretar.

Sua regulamentação é toda feita pelo Banco Central através da Lei 12.865/13 e tem-se mostrado um grande sucesso, pois: a) promove a inclusão financeira de agentes até então marginalizados; b) apresenta baixo custo de manutenção por ser uma plataforma web; c) possui maior grau de segurança e transparência, além de agregar novas maneiras de permuta inexistentes pela moeda física.

Conseguiu-se, dessa maneira, atingir o que Seyfang (2007) definiu como sendo os cinco propósitos elementares de uma rede monetária: confiança, regulamentação, reflexibilidade, sociabilidade e espacialidade.

Contudo, anos após o grande momento áureo da moeda social, Rigo e França Filho (2017) notam que tem havido um significativo fluxo de diminuição de circulação e conseqüente desuso, sem que se tenha necessariamente havido qualquer redução no consumo interno.

Tal movimento parece encontrar respaldo teórico e explicação nos estudos de Lemaître e Helmsing (2012), que descrevem através de uma abordagem Polanyana que passado o período de empoderamento social, com a criação de uma moeda própria, um fenômeno econômico, político e simbólico, com o tempo há a tendência de desconexão entre os atores econômicos locais, o que acaba por acarretar em seu enfraquecimento.

Ora, poder-se-ia contestar que, considerando-se o intuito base das moedas sociais, isto é, exponencialização da circulação de riqueza em dado território, qual seria o motivo de se haver diminuição?

A pesquisa de França Filho e Rigo (2017) parece corroborar a ideia de um ciclo de vida de dada moeda social, bem como a desconexão entre os agentes econômicos. Em pesquisa in loco percebeu-se que dos 240 empreendimentos locais cadastrados no Banco Palmas, apenas 46 ainda aceitavam a moeda e o principal motivo daqueles que haviam abdicado de sua recepção, era que o volume recebido era muito baixo. E esse dado encontra lastro na constatação de que a maior demanda de emissão de moeda social era para o pagamento de salário dos funcionários. Quando se suspendeu a parcela do salário paga em Palmas, houve substancial redução do consumo da moeda, acarretando em seu possível desuso.

Gradualmente o Palmas deixa de ser um emissor de moeda social e passa a cuidar mais de sua recepção. É claro que há ainda moradores que utilizam a moeda social, mas parece ser em locais bastante específicos.

Entretanto, ainda que por tempo limitado, a experiência com a moeda social foi bem sucedida a ponto de outras localidades do país a terem adotado e com alguns incrementos. De acordo com o Banco Palmas (2013), desde 2013 a cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, adota a moeda social chamada Mumbuca, como política pública. O poder público faz inclusive os pagamentos de benefícios sociais, como o Bolsa Família em Mumbuca. A rede de empreendimentos sociais cadastrada é grande e diversificada, incluindo desde academias, supermercados, até autopeças e lugares de lazer e cosméticos, como *spas*.

Assim como o aparato do cooperativismo de crédito, os bancos comunitários denotam um sofisticado sistema de operação. Também possui respaldo do Banco Central e é, seguramente, o que apresenta vias mais criativas e seguras de desenvolvimento local. Suas moedas sociais criam um ciclo virtuoso de fluxo de renda. E parece haver um enorme respaldo social sobre eles, haja vista a sensação de pertencimento e as baixas taxas de inadimplência.

O último dos métodos constituintes da economia solidária são os fundos rotativos.

3.3 Fundos Rotativos

A última forma de finanças solidárias a ser apresentada é a dos fundos rotativos.

De acordo com Santos Filho *et al* (2012), fundos rotativos solidários constituem-se de apoios financeiros, de pagamentos flexíveis, destinados à atividades produtivas associativas, que utilizem de preceitos básicos de economia solidária, como gestão compartilhada e convivência solidária.

Gonçalves (2010) explica que de uma maneira sucinta, esses fundos são na verdade uma poupança comunitária e que parte será reinvestida na própria comunidade, para benefício coletivo. A ideia principal por trás da iniciativa é, segundo a autora, além do combate extensivo à fome, a disponibilização de recursos, com burocracia reduzida, para a produção de bens e serviços.

Sabourin (2009) e Singer (2009) relatam que os fundos rotativos tendem a ser mais utilizados nas áreas rurais do que urbanas e mostram-se como sendo de suma importância para a aquisição de pequenas máquinas, cercas, cisternas para melhor captação e armazenamento de água da chuva.

Uma similaridade que há entre os fundos rotativos e os bancos comunitários de desenvolvimento é que ambos são usados como braços governamentais para a promoção de política pública creditícia e de combate à pobreza. Singer (2009) relata que por intermédio do Banco do Nordeste (BNB), o governo apoia microempreendedores do semiárido.

A Cáritas Brasileira possui uma iniciativa valiosíssima através do projeto "Fundos Solidário do Sudeste", que disponibilizam apoio para Fundos Rotativos Solidários se assentarem. Alguns exemplos de Fundos Rotativos emblemáticos ocorreram no Nordeste. Na comunidade Água Preta, no município de Amarante, por exemplo, o fundo rotativo solidário local teve início diante da necessidade de a comunidade construir uma casa de farinha em regime de mutirão. Em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), também foi possível a contemplação de 30 grupos e comunidades acompanhados em 15 municípios para formação de Fundos novos.

Todas as três propostas de finanças solidárias prestam um enorme trabalho de combate a marginalidade, promoção social, inclusão financeira e desmantelamento do ciclo de pobreza.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolve-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, definida por periódicos e livros clássicos dos temas, mas principalmente em documentos oficiais e referências online obtidas em acervos confiáveis e relevantes como o google acadêmico e o Scielo, orientada por palavras chaves como economia solidária, empreendimento e crédito. O grande volume de fontes online – publicações de instituições governamentais e não governamentais, eventos científicos e periódica científicos - é justificado pela atualidade das discussões e por novas contribuições sobre o tema em questão, mais especificamente, sobre a questão creditícia dos empreendimentos de economia solidária.

A pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada aos propósitos desta investigação, uma vez que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 200), este tipo de pesquisa não se apresenta como uma “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Este entendimento corrobora para o objetivo deste trabalho de realizar uma contribuição propositiva para a discussão em questão, permitindo a caracterização de elementos que auxiliem as práticas relacionada ao tema.

Para a análise dos elementos identificados na pesquisa foi estabelecida uma categorização em relação à visão dos atores envolvidos: a visão institucional, isto é, fatores externos, que fogem do controle da empresa, e, portanto, não podem ser controlados, mas devem necessariamente ser observados; e a visão de usuário, com elementos que podem ser controlados e melhorados dentro dos próprios empreendimentos de economia solidária.

Definida a categorização em relação aos atores envolvidos, o passo seguinte foi a identificação dos elementos que definem o interesse deles com o processo de obtenção de crédito na Economia Solidária. Essa caracterização permitiu que um único tema – obtenção de crédito – pudesse ser analisado sob dois ângulos diferentes, mas de igual importância para a sua realização.

A ideia por detrás dessa categorização e da caracterização de elementos é que ao serem atentados esses pontos pelos Empreendimentos da Economia Solidária, seja possível mitigar as dificuldades de obtenção creditícia.

Esse entendimento determina a análise descritiva que se faz em cada um dos elementos indicados na categorização da visão institucional e na visão de usuário.

A etapa final deste trabalho consistiu na aplicação das duas categorizações presentes na contribuição propositiva em quatro casos relevantes à economia solidária, com intenção de validar a aplicabilidade dos elementos.

O subcapítulo 4.2 descreve detalhadamente quais critérios empregados para sua seleção, que são relevantes inclusive para a utilização em trabalhos futuros, pois, uma vez dispostos os métodos de seleção, é possível reproduzir esse estudo alterando-se variáveis e chegando a resultados semelhantes ou diferentes do que os aqui ora alcançados.

Também ao final foi feito o confronto dos pontos marcantes de de cada um dos casos estudados, evidenciando-se suas peculiaridades e ressaltando aquilo que poderia ser notável à futuras análises de outros casos.

4.1 Descrição dos elementos

Diante do que foi exposto, até o momento no contexto da economia solidária, das finanças solidárias e da sustentabilidade, alguns fatos e características são interessantes de serem observados no sentido de contribuir para que o objetivo deste trabalho seja atingido.

Um primeiro ponto a ser considerado ao se elencar esses elementos, para qual a análise se voltará, deve necessariamente ser a classificação da atividade econômica desempenhada por cada um desses empreendimentos. Considera-se haver melhor adequação da pesquisa, a medida que essa variável esteja claramente disposta, pois será possível indagar sobre a viabilidade creditícia com relação à classificação das atividades de tal empreendimento. Ao longo do subcapítulo 2.4. explorou-se que há seis categorias distintas, que variam de economia solidária à comercialização.

E não apenas a classificação da atividade econômica destes empreendimentos parece ser marcante, mas também a estrutura com que essas empresas estão organizadas. Já na introdução foi exposto que empresas familiares tendem a ter problemas de dissociação do patrimônio dos sócios e da

empresa. Os riscos embutidos nessas operações tendem a ser demasiadamente elevados com essa configuração.

Também indispensável para propor um estudo multicaso, parece ser o porte a qual esses empreendimentos adquiriram e se há ou não presença de redes de cadeia de suprimento solidária. A intencionalidade em se levantar esse rigor de dado é, pois, como está disposto no subcapítulo 2.3., este tem sido apontado como um fator bastante relevante para a sobrevivência dos componentes da economia solidária, uma vez que torna possível a criação de sinergia, ganho de robustez e desenvolvimento plurilateral, isto é, todos aqueles envolvidos no processo de associação acabam ganhando, quer em redução de custos, quer em ganho de eficiência. A formação ou não de cadeias de valor pode se mostrar mister para compreender as dificuldades creditícias enfrentadas.

Em um terceiro momento, a preocupação da pesquisa volta para quais métodos de financiamento têm sido utilizados aos casos avaliados e quais as possíveis problemáticas enfrentadas. Um movimento razoavelmente comum entre as cooperativas de maior porte e maior disponibilidade de recursos é a criação de grandes fundos ou bancos para seu próprio aporte e uso.

Em paralelo, faz-se bastante pertinente que, considerando-se as posições geográficas dos empreendimentos escolhidos, analise-se se há a presença de mecanismos de finanças solidárias nos locais. Essa, inclusive, pode ser uma boa forma de contornar os problemas impostos aos micro e pequenos empreendedores da economia solidária e que sofrem de todas as restrições já discutidas ao longo da introdução, do segundo capítulo e tão fortemente apresentadas pelo Segundo Mapeamento da Economia Solidária.

Considerando-se o principal ponto desta pesquisa e tendo sido salientado previamente que um dos maiores problemas listados no Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária (2013), se refere à obtenção de crédito, também se tem por bem analisar se as taxas de juros para os projetos possibilitariam sua tomada ou se há linhas específicas de crédito para tais investimentos, se há apoio à elaboração de tais projetos e, por fim, se os prazos negociados seriam de fato viáveis.

A presença estatal é analisada também como força motriz para o desenvolvimento local dos empreendimentos. Por ser a maior força balizadora,

independentemente de qual instância tratada, o Estado é o único agente capaz de formular políticas públicas para atingir seus objetivos. A existência dessas políticas dirigidas podem ser um alavancador e um facilitador à obtenção de crédito.

Uma outra consideração a ser feita sobre os empreendimentos a serem estudados, está na corroboração ou refutação de uma das máximas lançadas durante a construção teórica, de que ao se comparar o primeiro e o segundo mapeamentos nacionais percebia-se que sobreviveram primordialmente aqueles empreendimentos que apresentaram maior grau de solidariedade, considerando-se as vertentes de autogestão, cooperação, gestão econômica e solidariedade, de maneira a poder traçar comparativos entre os multicasos apresentados.

Por fim, a última ponderação acerca dos aspectos dos empreendimentos estudados concerne aos percalços vividos por eles. Não é possível que se proponha alguma via de mitigação de problemas sem entender quais são.

As tabelas 3 e 4 servem para mostrar a síntese destes conceitos demonstrados há pouco, onde são destacados os elementos que facilitam a obtenção de crédito e os motivos pelos quais são importantes, divididos em duas categorias: de usuário e institucional.

Os elementos para uso de usuários são aqueles que podem ser controlados e melhorados dentro dos próprios empreendimentos de economia solidária, ao passo que na categoria institucional estão fatores externos, que fogem do controle da empresa, e, portanto, não podem ser controlados, mas devem necessariamente ser observados.

Tabela 3 - Elementos que facilitam a cessão de crédito – visão do usuário

Elementos	Motivo de ser importante para a obtenção de crédito
Classificação da atividade econômica	Fica claro ao longo da exposição conceitual que aqueles empreendimentos mais próximos à atividades produtivas tem mais facilidade de obtenção creditícia. Analisar a classificação da atividade econômica poderá ajudar a consubstanciar a situação do requerente ante os agentes bancários
Estrutura do empreendimento	Ao longo das construções teóricas notou-se que tendem a ter mais dificuldade de obtenção creditícia aqueles empreendimentos excessivamente familiarizados, pouco profissionalizados em que o patrimônio dos sócios se confunde com o da empresa; sendo assim, elemento crítico aos fatores de risco e conseqüente encarecimento do crédito.
Presença de cadeia de suprimentos solidária	A presença de cadeia de suprimentos solidária cria um ciclo virtuoso entre os empreendimentos. Esse fluxo de renda, além de poder alavancar negócios, também pode resultar em financiamentos coletivos, desde que favoreça a cadeia como um todo.
Presença de instituições de finanças solidárias	As instituições de finanças solidárias, por não serem condicionadas às lógicas convencionais de mercado, não são movidas por ativos. Por isso apresentam menores exigências burocráticas, tratamento mais humanizado, maior capilaridade à micro empreendimentos.
Apoio na elaboração de projetos	15,7% dos empreendimentos listados no Segundo Mapeamento Nacional sinalizaram que um severo impeditivo à obtenção creditícia é a dificuldade e/ou falta de apoio na elaboração de seus projetos. Por serem pequenos e muitas vezes pouco profissionalizados, a

	dificuldade de apresentar um projeto coerente, acaba se tornando um inviabilizador ante às instituições financeiras.
Grau de solidariedade	Na realização dos dois Mapeamentos Nacionais da Economia Solidária, notou-se que primordialmente aqueles com maior grau de solidariedade sobreviveram e apresentaram maior robustez. O grau de solidariedade, parece ser um bom indicativo sobre as condições de viabilidade de empreendimentos dessa natureza. Ademais, a ligação da solidariedade, com a perenidade do empreendimento constitui especial simbologia com a questão da sustentabilidade social e financeira.

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 4 - Elementos que facilitam a cessão de crédito – visão institucional

Elementos	Motivo de ser importante para a obtenção de crédito
Métodos de financiamento utilizados	Os métodos de financiamento utilizados pelos casos de sucesso doravante estudados constituem ponto relevante ao entendimento de viabilização creditícia, pois possibilita que se tracem planos aos empreendimentos que venham se situar sobre quais possibilidades podem pleitear para que consigam propiciar acesso ao capital.

Taxa de juros aplicada aos projetos	As taxas de juros também foram apontadas no último Mapeamento Nacional de Economia Solidária como sendo um problema grande. Pela necessidade de garantias que esses empreendimentos muitas vezes não podem oferecer, os bancos tendem a embutir esses riscos nas taxas de juros.
Existência de Políticas Públicas locais	Como se percebe ao se analisar as iniciativas de bancos comunitários de desenvolvimento, o governo tem um papel significativo de incentivador à redução de pobreza e disparidades. Há exemplos locais bastante virtuosos, como da cidade de Maricá, em que o governo encabeçou uma série de políticas públicas para o robustecimento da economia solidária local.
Linha de crédito específica	Não apenas em instituições de finanças solidárias, mas também nos bancos do governo, ocorre de haver linhas de crédito específicas para alguns tipos de aquisições, como maquinários. Em 2012, 11,9% das instituições procuradas apontavam a falta de uma linha específica era um dos motivos que dificultavam sua viabilidade financeira.
Prazos de carência	7% apontavam que os prazos estipulados pelos agentes financeiros eram pouco interessantes para a viabilidade de seus financiamentos. De forma que parece ser claro que tais empreendimentos, para que consigam honrar esses investimentos necessitam de prazos adequados para que não haja desestruturação de seu capital de giro e caixa.

Fonte: elaborado pelo autor.

As tabelas ora criadas advêm da rigorosa análise do material referencial até agora levantado, com base nos elementos que de alguma maneira influenciam a obtenção creditícia e serão utilizadas e validadas em quatro casos descritos a seguir.

4.2 Seleção dos casos

De posse dos elementos das tabelas 3 e 4, foram estudados quatro casos de sucesso de cooperativas, com intenção de validar a aplicabilidade dos elementos, com uma diferença crucial entre eles: dois deles (Aurora e Mondragón) não praticam autogestão, portanto, não seriam considerados como parte da economia solidária, ao passo que os outros dois são autogestionários. Importante ressaltar que, a despeito de não se configurarem como empreendimentos de economia solidária, ainda assim são cooperativas e devem encontrar similaridade pelo menos no que tange à existência dos elementos em seus planejamentos.

A ideia por detrás desta separação, além de evidentemente verificar a efetiva aplicação – ou não – dos elementos, é também criar condições heterogêneas de assimetrias entre os casos escolhidos para estudo.

O primeiro caso a ser apresentado, será o da Cooperativa Aurora Alimentos, o mais emblemático caso brasileiro, que ao longo dos anos conseguiu sagrar-se como um caso valioso a ser estudado, devido à sua grande capilaridade e robustez dos negócios. Outros dois pontos que foram relevantes para a escolha desse caso foram: i) o fato de que a sede da Aurora está em uma região com uma presença muito forte do cooperativismo, que é a região sul, e portanto terá bastante a contribuir para esse trabalho na parte de políticas institucionais; ii) a Aurora não é uma empresa de produção industrial, mas de produção e comercialização de carnes e, conforme foi visto ao longo do trabalho as empresas de ramos distintos do industrial tendem a ter maiores dificuldades e se firmarem.

O segundo caso a ser estudado, será o da Mondragón Corporación Cooperativa, o maior caso do mundo de cooperativa. Ainda que não seja uma empresa brasileira, mas ela seguramente merece nesse destaque nesse trabalho, devido a toda proporção que tem e a relevância histórica. Entender Mondragón é entender um dos alicerces da economia solidária. Outros fatores que pesaram para a escolha de Mondragón foram o fato de ser uma empresa industrial, que aqui no Brasil parece ser de fundamental importância, e a sua peculiaridade de ter um banco próprio para uso.

O terceiro caso contemplado será o da Cooperativa Energética Cocal, uma fornecedora de energia elétrica localizada na região sul. O critério utilizado para sua seleção foi a relevância dos serviços prestados pela cooperativa e a sua importância regional, especialmente considerando-se que o fornecimento deste tipo de serviço está sob comando de grandes empresas privadas. Das empresas estudadas, a Cocal é a de menor porte, porém isso não diminui em nada sua contribuição.

O quarto e último caso a ser apresentado será o da Uniforja, nome fictício da Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, localizada em Diadema. É considerada a maior empresa de autogestão do país e é a maior fabricante de anéis, flanges e conexões de aço forjado de toda América Latina. O interesse deste trabalho na empresa em questão, além de todo seu simbolismo, também se dá no fato de ser este fruto de uma retomada de uma empresa falida pelos seus funcionários, que fizeram com que se tornasse esse colosso em sua área.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS

5.1 Caso 1: Cooperativa Central Aurora Alimentos

A Aurora hoje se sagra como uma das principais cooperativas do Brasil. Seu faturamento e números são bastante expressivos. Iniciada em 1969, a Aurora Alimentos surgiu da união de 8 cooperativas do oeste catarinense, que se reuniram para constituir uma sociedade cooperativista. Sua produção foi ampliada, algumas outras cooperativas foram inseridas no rol das constituintes e hoje contam com a união de 13 cooperativas, sendo mais de 72 mil famílias associadas, mais de 26 mil cooperados trabalhadores da Aurora Alimentos e mais 8 mil das cooperativas filiadas. A Aurora está presente em mais de 500 municípios. (AURORA, 2018)

Apesar do crescimento colossal, a Aurora não parece ter perdido seus princípios e valores. A empresa prega os sete princípios do cooperativismo: adesão voluntária e livre, gestão democrática dos membros, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade. Seus princípios também são dirigidos nessa mesma direção, especialmente no que se refere à Cooperação, que segundo a empresa consiste em praticar os princípios do cooperativismo nas relações internas, externas e com as Cooperativas Filiadas, bem como o princípio da Sustentabilidade, que prega a promoção do desenvolvimento econômico, buscando o bem-estar social e a preservação do meio ambiente (Aurora, 2018).

A gestão democrática dos membros parece ser habitual. O Sindicato dos trabalhadores em cooperativas tem vários registros das ocorrências de assembleias para se discutir os assuntos de interesses dos cooperados, como a destinação das sobras e aumento de benefícios, como vale refeição e auxílio creche (SINTRACOOOP, 2017). Apesar disso, não é possível dizer que a Aurora seja autogestionária, uma vez que há clara relação de patronado.

Sobre suas práticas de trabalho, a Aurora parece estar no estado da arte. Ela tem sido pioneira em práticas de bem-estar animal, inclusive com parcerias com o Ministério da Agricultura, EMBRAPA e *World Animal Protection*, para garantir boas práticas de manejo e transporte de animais. Também tem sido

laureada com diversos prêmios por suas práticas de gestão, como o Prêmio Expressão de Ecologia, por seus significativos investimentos na preservação do meio ambiente. Foi premiada em 2016 pela Avesui, o maior evento de aves e suínos da América Latina, por desempenho empresarial, responsabilidade ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento financeiro (Aurora, 2018).

Seus projetos de expansão e aquisição de novas fábricas não parecem ser lastreados por capital de cooperativas, mas sim de bancos governamentais, como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

As cifras de aporte financeiros destes bancos são milionárias. Em 2015, por exemplo, a Aurora Alimentos realizou a aquisição da Chapecó Alimentos, uma empresa falida. O processo de recuperação deu-se através da venda judicial extraordinária realizada nos termos da legislação vigente por 235 milhões de reais, financiados por 12 anos pelas 3 instituições já citadas e um outro banco, chamado Banco ABC (AURORA, 2015).

Em 2017, foi a vez da aquisição dos frigoríficos da Cooperativa Triticola Erechim (Cotrel). Com o intuito de evitar o desemprego, proteger os produtores rurais cooperados integrados, manter a sua base produtiva e sua receita operacional bruta, a aquisição, no valor de 108 milhões de reais, foi financiada pelo BNDES (Aurora, 2017).

Tomando-se em conta sua robustez e as enormes montas que seus projetos de financiamento tomam, parece ser possível concluir que não tenha se havido dificuldades em elaboração de projetos. E seus financiamentos junto aos bancos governamentais, de acordo com BRDE (2017) tiveram o auxílio do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP).

BNDES (2018) descreve que o funcionamento do PRODECOOP serve para financiar até 150 milhões de reais, no prazo de até 10 anos, com carência de 3 anos, taxas de juros fixas anuais de 8,5% e garantias a serem negociadas entre a instituição financeira e a cooperativa.

Como complemento a essas facilidades propiciadas pelos aparatos governamentais, ainda há o fato de que o Estado de Santa Catarina tem tentado desenvolver uma política estadual de ES. O Portal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (2015) dispõe que foi em 2015 que se iniciaram os

trabalhos para elaboração de um Projeto de Lei (PL), construído por ampla discussão social, que qualifique, assegure e incentive os empreendimentos de economia solidária no estado, através da disponibilização de acesso ao orçamento para a promoção de feiras, associações, cooperativas e financiamento para capital, custeio e aquisição de bens móveis e imóveis para a execução destas atividades.

O PL 0124.1/2016 – ainda em tramitação pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – surge nesse sentido. Vindo normatizar as diretrizes, características e princípios da economia solidária local, bem como as funções dos agentes participantes desse circuito.

Interessantes para esse trabalho são as disposições do art.10, em que se define como objetivos da Política Estadual de Economia Solidária:

“(…)V. Contribuir para a geração de trabalho e renda, melhoria da qualidade de vida e promoção de justiça social;
(…) VII. Democratizar e promover o acesso da economia solidária aos Fundos Públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção, aos mercados e ao conhecimento e tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento;
VIII. Promover a integração, interação e interserotalidade das políticas públicas que possam fomentar a economia solidária;
(…) XIII. Fomentar a articulação em redes entre os grupos de economia solidária. (ALESC, 2016, p.6)

Nota-se que acessar fundos públicos e instrumentos de fomento representa exatamente a questão creditícia para se haver capital de giro, prazos adequados e taxas de juros toleráveis. Ademais, aponta-se também a complementaridade das formações de redes solidárias para o fortalecimento da economia solidária local.

O processo da Aurora é bastante simbólico para a realidade cooperativista brasileira, pois é uma empresa genuinamente nacional com divisão de excedentes, possui toda uma cadeia de suprimentos formada por cooperativas, e cria sinergia entre si, e que realiza a reaquisição de empresas falidas para a conversão dos moldes cooperativistas.

E quanto à matriz de problemas creditícios, percebe-se que não há dificuldades de elaboração de projetos, de oferecimento de garantias e a cooperativa não apresenta nenhum problema de liquidez. Um ponto que convém questionar é: a Prodecoop apresenta características melhores de financiamento

do que os bancos comunitários de desenvolvimento ou mesmo que as cooperativas de crédito? Ou quiçá tenham sido os prazos de pagamento e carências que tornaram os bancos públicos mais atrativos?

As tabelas 5 e 6 apresentam os resultados encontrados, em face dos elementos previamente destacados como sendo interessantes à análise tanto do ponto de vista do usuário quanto institucional.

Tabela 5 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Aurora – visão do usuário

Elementos	Aurora Alimentos
Classificação da atividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Produção ou produção e comercialização
Estrutura do empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Profissionalizada e não familiar. Com claras distinções entre os patrimônios dos associados e da cooperativa
Presença de cadeia de suprimentos solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Forte presença de cadeia de suprimentos solidária, tanto a montante quanto à jusante
Apoio na elaboração de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Presume-se que a Aurora não tenha dificuldades nesse sentido
Presença de instituições de finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Há instituições de finanças solidárias, porém não são utilizadas para financiamento no caso da Aurora
Grau de solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado grau de solidariedade, decisões tomadas via assembleia e com destinações de sobras decididas coletivamente, porém sem autogestão

Fonte: elaborado pelo autor.

**Tabela 6 - Tabela 6 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito -
Caso Aurora – visão institucional**

Elementos	Aurora Alimentos
Métodos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza-se principalmente de financiamentos de bancos públicos, como BNDES e BRDE
Existência de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma em vigor foi encontrada, mas há uma política local em processo de aprovação
Linha de crédito específica	<ul style="list-style-type: none"> • No caso da Aurora, foi-se utilizada a linha de crédito do Programa Prodecoop
Taxa de juros aplicada aos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • As taxas de juros foram extremamente baixas por causa do programa, 8,5% a.a
Prazos de carência	<ul style="list-style-type: none"> • Os prazos para os financiamentos da Aurora eram bem adequados, 10 anos, com carência de 3

Fonte: elaborado pelo autor.

O caso da Aurora serviu para reforçar a real importância dos elementos inicialmente listados, que na prática se verificam, pelo menos à sua realidade. O mais notável de tudo foi ver como a Aurora possui exclusivamente cooperativas participantes de toda sua cadeia de suprimentos e a maneira com que esse fato pode ser tão decisivo à circulação de renda dentro do circuito.

5.2 Caso 2: Corporación Cooperativa Mondragón

O único dos casos a serem apresentados e que não tem como objeto um empreendimento de economia solidária brasileiro, é esse, que se refere ao maior grupo cooperativo de todos os tempos e, seguramente, o mais emblemático da atualidade, a Corporación Mondragón, localizada na Espanha.

Alonso (1999) relata que a história da cooperativa surgiu da iniciativa de um padre, chamado D. José María Arizmendiarieta, que causou uma verdadeira

revolução social em Mondragón. A área, na década de 1940, encontrava-se totalmente arrasada pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939) que assolara ao país. A fim de mitigar os problemas da população dali o padre tinha uma concepção de que somente com trabalho, estudos e esportes haveriam modificações sensíveis no local.

Dessa forma, fizeram algo que se assemelharia a uma pequena corporação de ofício. Juntaram os jovens que tinham aptidões comuns, começaram a produzir e a comercializar os seus produtos. Surge assim a “*Talleres Ugor*”, uma pequena fabriquetta de eletrodomésticos. (Alonso, 1999)

Cruz e Cardoso (2004) contam que apenas alguns anos da criação da Talleres é que José Maria conseguiu reunir dinheiro suficiente para a criação da “*Escuela Profesional*”. Ela viria a ser a grande incumbadora que acabaria por resultar na formação do enorme industrial que se formaria em Mondragón.

Alonso (1999) descreve o processo de enrobustecimento cooperativo na região, após o surgimento da *Talleres Ugor*. Tendo sido visto como uma forma possível a ativa de combate às mazelas que se impunham à realidade espanhola daquele momento, sob a tutela do Padre Jose María, e com os resultados da Talleres, em pouco tempo o cooperativismo suscitou com força. Pouco menos de quatro anos após a fundação, já havia 42 novas cooperativas, que juntas formaram um banco próprio para financiamento, chamado de “*Caja Laboral*” e os investimentos na *Escuela Profesional* se exponencializaram a ponto de, em 1962 ser criada mais uma escola politécnica, desta vez voltada ao ensino de especialidades mecânicas, como fundição, eletrônica, automações e outros, que em 1969 tem seu nome mudado para *Escuela de Ingeniería Técnica Industrial*.

Mondragón (2017) descreve que é através da *Caja Laboral*, entretanto, que os laços entre essas cooperativas começou a se fortalecer mais fortemente, pois até 1964, ano em que se inicia o Grupo Ularco, que é a consolidação das cooperativas existentes em Mondragón, o único laço que interligava a todos os entes econômicos daquele local era o banco da *Caja Laboral*, que tinha como organização a obrigatoriedade de todos os membros serem signatários de um pacto mútuo de solidariedade, que visava principalmente a promoção de necessidades básicas aos entes associados e propiciar forças técnicas, financeiras e comercialização adequada.

Os 20 anos subsequentes, de 1970 – 1990, foram de fundamental importância para Mondragón. Se na década de 1970 houve uma enorme pujância de resultados, que propiciou a criação de um centro de investigação tecnológica para reaplicação nas cooperativas (chamado de Ikerlan) e a absorção maciça dos trabalhadores da Escola Politécnica, nos anos de 1980, as cooperativas viram seus resultados despencarem repentinamente, ante a tremenda crise que se abateu ao país. O desemprego ascendeu a níveis superiores a 20% e algumas cooperativas viram suas principais atividades declinarem e até mesmo fecharam as portas. Outras que haviam antecipado sua natureza exportadora passaram quase incólumes. A *Caja Laboral* serviu de grande apoio a todas as cooperativas naquele momento.

Cruz e Cardoso (2004) descrevem que em meados dos anos 80 inicia-se uma modesta recuperação e são dados os movimentos que consolidam o pioneirismo da área de Mondragón e lapidam a matriz de gestão coletiva das cooperativas. Em 1984 institui-se a criação de um Congresso, que decide sobre a composição do organograma de Mondragón. Haveria então um conselho de grupos, reportando-se ao Congresso, e abaixo do conselho de grupos, a presidência do conselho geral, a secretaria geral e o conselho de serviços empresariais. Abaixo da presidência do Conselho Geral, estariam todas as cooperativas, divididas em três grandes grupos: estrutura financeira, que seria majoritariamente composta pela *Caja Laboral*, com serviços de seguros, tratamento de capital e um enorme portfólio de fundos intercooperativos; estrutura educativa, que teria parte dos fundos destinados pelo fundo de reservas e seria responsável por garantir a nova mão de obra para as cooperativas aderentes e estrutura industrial, que seria composta pelas empresas.

E aparentemente essa reestruturação deu robustos resultados. A Mondragón Corporacion Cooperativa (MCC) cresceu enormemente. Expandiram suas atividades a setores de inovação, seguridade social, sócio-laboral e de promoção. Aglutinaram uma série de novas cooperativas, como as de logística e de arranjo de produção, que auxiliaram no escoamento das produções. Além do que, a fim de expandir os princípios cooperativistas e aumentar sua produção, Mondragón tornou-se “exportável” e aplicável em diversas outras localidades e

países. Mesmo no Brasil tem-se uma de suas filiais, na cidade de Americana, interior de São Paulo.

Assim como já citado ao longo da construção teórica deste trabalho, com um produto de 12,3 bilhões de euros, 102 cooperativas componentes, mais de 140 filiais e 8 fundações Mondragón é uma cooperativa que como nenhuma outra antigamente proporcionou proporções colossais. (MONDRAGÓN, 2017)

Do ponto de vista de financiamento do próprio Conglomerado, vê-se que a *Caja Laboral* desempenhou papel fundamental na viabilidade econômica da cooperativa. De fato, Mondragón passou a exportar não apenas produtos físicos, como suas peças e demais produções, mas também serviços bancário-financeiros. O portal de cooperativismo (2017) lista que a um dos desdobramentos *Caja Laboral*, a *Caja Laboral Popular Sociedad Cooperativa de Credito* é a segunda maior cooperativa de crédito espanhola, atrás apenas do *Grupo Caja Rural*.

Ao criar uma demanda agregada fazendo com que os cooperados também tenham suas contas e aplicações ali, associado ao fundo de reservas obrigatórios e lucros pelas operações bancárias, o banco se mostra muito exitoso, além de possuir um cunho bastante solidário, destinando parte de seus ativos para doação a causas carentes.

Em pesquisa pela composição dos indicadores financeiros do conglomerado, não foi possível encontrar relações com bancos privados, ou mesmo governamentais. Os únicos aportes de instituições financeiras privadas foram feitos nas escolas politécnicas.

Ademais, a presença de uma instituição bancária própria, que foi crescendo acompanhando o desenvolvimento das cooperativas parece ter de fato servido como fator decisivo para as finanças corporativas e para a sobrevivência do conglomerado.

Ainda assim, convém de se destacar que a Espanha é um país com uma estrutura bastante consistente em finanças solidárias. Administrando 2,8 milhões de associados, 4651 pontos de antedimento e 185 milhões de dólares em ativos. Soler e Chaves (2013) apontam, entretanto, uma enorme falta de políticas públicas e linhas de formação específica para cooperativas de menores porte por parte das entidades governamentais.

Entre os bancos particulares, a única de linha específica de crédito encontrada na Espanha em pesquisas pelo Google foi a do Santander. A fim de filtrarem-se os resultados, das palavras base “*financing*” e “*cooperatives*”, bem como combinando-se “*financiación*” e “*cooperativas*”, descobriu-se que o Santander oferece linhas para aquisição de terras, condições agrárias, factoring e demais serviços industriais e de gastos recorrentes, entretanto, mesmo assim, os prazos não excedem 3 anos para pagamento e as taxas de juros praticadas são pouco abaixo às correntes no mercado (em média 0,25% menores). (SANTANDER, 2018)

Se as taxas de juros praticada pelo mercado poderiam se configurar um empecílo à sobrevivência dos negócios, ao se deter posse desses instrumentos, facilita-se de sobremaneira a mitigação dessas barreiras, ademais, ainda que os dados não sejam abertos, mas os prazos para pagamentos devem ser bastante atrativos.

Ao fim desta análise, relembra-se a relevância que as formas de finanças solidárias, mais notadamente a *Caja Laboral*, foram fundamentais para que Mondragón sobrevivesse a todos os percalços financeiros e seu investimento em formação cooperativa foi profícuo, retornando em bons resultados, inclusive, para a própria Mondragón.

Contudo, não é possível de deixar de citar que a despeito de serem várias cooperativas, Mondragón cresceu a um nível tão acelerado e sem autogestão, que não pode ser considerada parte da economia solidária. Ela seria um híbrido, isto é, uma cooperativa, ou empreendimento, com ideias solidários, mas não um EES.

Inclusive, no livro *The myth of Mondragón*, Kasmir (1996) tece severas críticas à condução do conglomerado, que, na visão da autora, é uma retratação meramente idealizada de uma realidade que desconsidera sempre a visão do funcionário em nome de um ideal que, pelo fato de serem puramente instituições políticas acabam, entre outras coisas, por descaracterizar as organizações de trabalhadores e enfraquecer sindicatos em nome de uma suposta forma comunitária de gestão de trabalho.

As tabelas 7 e 8 apresentam os resultados encontrados, em face dos elementos previamente destacados como sendo interessantes à análise tanto do ponto de vista do usuário quanto institucional.

Tabela 7 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Mondragón – visão do usuário

Elementos	Mondragón
Classificação da atividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Produção ou produção e comercialização
Estrutura do empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Possui claras distinções entre os patrimônios dos cooperados e da cooperativa
Presença de cadeia de suprimentos solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Há uma forte cadeia de suprimentos solidária, tanto a montante quanto à jusante
Apoio na elaboração de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Mondragón não apresentou problemas na elaboração de projetos
Presença de instituições de finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> • A própria Caja Laboral responsabiliza-se para a concessão de crédito via finanças solidárias
Grau de solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado grau de solidariedade, com decisões tomadas via assembleia e organograma bastante sisudo, com várias camadas de controle e sem autogestão

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 8 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Mondragón – visão institucional

Elementos	Mondragón
Métodos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • A principal fonte de financiamento de Mondragón é a Caja Laboral, constituída primordialmente de ativos próprios
Existência de Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma política pública foi encontrada que respaldasse e incentivasse o cooperativismo

Linha de crédito específica	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas uma encontrada e foi em bancos privados, nenhuma em bancos públicos
Taxa de juros aplicada aos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Baixas, devido a presença da Caja Laboral
Prazos de carência	<ul style="list-style-type: none"> • Nos bancos privados, parecem ser baixos. Não se há disposição como quais prazos são aplicados pela Caja Laboral.

Fonte: elaborado pelo autor.

O estudo do caso de Mondragón é bastante significativo e enriquecedor ao presente trabalho. É interessante ver como que de uma situação calamitosa, surge um enorme colosso, que tem como principais atitudes a valorização do trabalho e do ser humano.

As questões das finanças para Mondragón possuem uma questão bastante simbólica, que é o autofinanciamento pela criação de um banco próprio. A ação de sua instituição financeira é emblemática para a existência e até sobrevivência de Mondragón. O apoio do governo espanhol em formulação para políticas públicas ou de concessão de linhas especiais de crédito parece ser bastante pífio.

5.3 Caso 3: Cooperativa Energética Cocal (Coopercocal)

O terceiro case analisado para a aplicação do modelo proposto neste trabalho, é o da Cooperativa Energética Cocal (Coopercocal). Empresa com sede na cidade de Cocal do Sul, em Santa Catarina, no sul do estado, é responsável pelo fornecimento de energia de elétrica das cidades Cocal do Sul, Urussanga, Orleans, Lauro Müller, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Criciúma, Siderópolis e Treviso. Responsável pelo abastecimento energético de quase 300 mil habitantes, a cooperativa conta com mais de 750 km de redes instaladas e mais de 13 mil associados. (COOPERCOCAL, 2016)

A criação da Coopecocal adveio do sonho de um grupo de agricultores da região que ambicionavam crescer e melhorar a vida dos homens do campo por meio da ampliação da rede elétrica local, em 1964. A cidade, que até então baseava-se exclusivamente na obtenção de renda pelo comércio de cerâmica,

impulsionado pela empresa Cerâmica Eliane. Com o boom econômico local, logo chegaram as mais diversas estirpes de trabalhadores. Na qual vieram abatedouros de suínos, agricultores e mineradores de carvão. A criação da cooperativa ocorreu pela ineficiência local em se prover os serviços elétricos adequados. (COOPERCOCAL, s.d.)

Não por menos, a missão da empresa jaz em garantir o comprometimento de energia elétrica e excelência na prestação de serviços. Sua visão pauta-se em ser reconhecida pela prestação dos melhores serviços de distribuição de energia elétrica. (COOPERCOCAL, s.d.)

Na Coopercocal nota-se que há os preceitos básicos do cooperativismo no que se refere à gestão. Os gestores são eleitos com votos em chapas pelo período de 4 anos. (Felisberto, 2014). Há repartição de sobras entre os associados e a empresa mostra um cunho social bastante forte, há diversas iniciativas que visam ajudar alguma entidade social. Em 2017, a CooperCocal realizou uma campanha em que abateria valores das contas de energia de seus usuários que resolvessem doar para a Casa Guido, uma entidade que auxilia crianças com câncer. (Casa Guido, 2017). A cooperativa também tem um projeto social ligado ao seu Programa de Eficiência Energética, que efetua a aquisição de refrigeradores mais econômicos para famílias de baixa renda. (Coopercocal,2016)

Não se verificou durante o levantamento de dados a presença de cadeia de suprimentos solidária, o que é algo previsível, uma vez que não há intermediários na distribuição de energia. Entretanto, de acordo com os relatórios anuais da empresa, ela realiza investimentos no Sicoob, uma cooperativa de crédito (Coopercocal, 2016).

No que se refere a financiamentos, os relatórios anuais mostram que há um fundo de reserva, que não deve ser utilizado a não ser em caso de alguma dificuldade, mas que as principais fontes de financiamento são bancos públicos, mais notadamente o Banco do Brasil, porém parte de seus investimentos também é arcada com capital próprio.

A escolha pelo Banco do Brasil parece ser justificada pois é um banco do governo que ajuda na fomentação do cooperativismo nacional. O BB possui algumas linhas de crédito para auxílio, especialmente, de capital de Giro, destacando-se especialmente os programas: BB Giro Digital, para a aquisição

de bens e serviços. Proger Urbano Capital de Giro, que possui prazos de até 24 meses para necessidades de caixa e a linha BNDES, que visa incrementação de fluxo de caixa para pagamento em até 60 meses (Banco do Brasil, 2018).

Os investimentos realizados pela cooperativa ao longo destes três anos incluíram atividades como: construção de ramais trifásicos, substituição de redes antigas, ampliação de redes e instalação de transformadores, substituição de postes, dentre outras (Coopercocal 2015; Coopercocal, 2016, Coopercocal, 2017).

Seus projetos para os anos seguintes são sempre dispostos com antecipação nos Relatórios Anuais do Conselho Administrativo e são de acesso público. Ao fim do ano subsequente, também se faz o balanço comparando o esperado versus aquilo que foi efetivamente entregue, garantindo lisura aos seus cooperados e apoiando um bom plano de metas para a própria cooperativa.

Infelizmente não foram encontradas nos relatórios gerenciais anuais e em nenhuma das fontes bancárias contratadas as taxas de juros aplicadas aos projetos de investimento, nem sobre os prazos para pagamento.

Considerando-se que sua localização se dá no mesmo estado que a sede da Aurora Alimentos, há similaridade no que se refere à presença de políticas públicas. Ou seja, a Coopercocal também se beneficia da elaboração da PL 0124.1/2016 – ainda em tramitação pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que pretende normatizar as diretrizes, características e princípios da economia solidária local.

Tendo-se em vista os elementos comparativos que foram propostos para análise de cada um dos casos nota-se que a CooperCocal se enquadra na categoria de prestação de serviço ou trabalho a terceiros, sem a presença de uma cadeia de suprimentos solidária. Verificam-se em suas cooperativas algum grau de solidariedade, com autogestão, decisões tomadas via assembleia e com destinações de sobras decididas coletivamente. E se nota que a cooperativa realiza investimentos em cooperativas da Sicoob, mas que como fontes de financiamento são usados apenas bancos públicos.

As tabelas 9 e 10 apresentam os resultados encontrados, em face dos elementos previamente destacados como sendo interessantes à análise tanto do ponto de vista do usuário quanto institucional.

Tabela 9 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Coopercocal – visão do usuário

Elementos	Cocal
Classificação da atividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviço ou trabalho a terceiros
Estrutura do empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Profissionalizado, com claras distinções entre os patrimônios dos cooperados e da cooperativa
Presença de cadeia de suprimentos solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Não há presença de cadeia de suprimentos solidária
Apoio na elaboração de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos são concebidos no ano anterior de sua execução e dispostos nos relatórios administrativos
Presença de instituições de finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Há diversas cooperativas no Estado de Santa Catarina, entretanto, a Coopercocal não se utiliza dos serviços convencionais dela, apenas realiza investimentos nelas
Grau de solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Grau moderado de solidariedade, com autogestão, decisões tomadas via assembleia e com destinações de sobras decididas coletivamente

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 10 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Coopercocal – visão institucional

Elementos	Cocal
Métodos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • Primordialmente em Bancos Públicos, como Banco do Brasil

Existência de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma em vigor foi encontrada, mas há uma política local em processo de aprovação
Linha de crédito específica	<ul style="list-style-type: none"> Não há presença de cadeia de suprimentos solidária
Taxa de juros aplicada ao projeto	<ul style="list-style-type: none"> Não encontrada
Prazo de carência	<ul style="list-style-type: none"> Não encontrado

Fonte: elaborado pelo autor.

A Coopercocal é um caso muito enriquecedor para análise. Para começar, é uma cooperativa que presta um serviço de máxima importância à toda sociedade, cuidando da distribuição energética de toda uma região do estado de Santa Catarina. É uma cooperativa que realiza suas ações principalmente com capital próprio, pouca intervenção bancária em seus financiamentos e nenhuma presença de cadeia de suprimentos solidária, é uma cooperativa que deu certo pela relevância de seus serviços, porém sem ajudas das demais.

Interessante de se notar os gastos que a instituição tem com educação de seus cooperados e causas sociais. Infelizmente algumas informações relevantes ficaram sem serem preenchidas, pois não foram encontradas nos meios on-line.

5.4 Caso 4: Uniforja – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia

A Uniforja é um caso extremamente singular no Brasil de uma fábrica recuperada por seus funcionários e que deu certo a ponto de servir de exemplo, pelo seu pioneirismo e sucesso, para as demais fábricas recuperadas que vieram a se situar no Brasil.

Sua história remonta ainda o final dos anos de 1990, quando a então Conforja, maior forjaria da América Latina, localizada em Diadema, estava em processo de falência, já encerrando suas atividades e a beira de deixar seus 600 funcionários desempregados (Nuzzi e Oliveira, 2011). Estayno (2017) relata que

os passivos da Conforja ultrapassavam US\$ 111 milhões, com um patrimônio de US\$ 128 milhões e que, antecedendo o período de falência, que se deu em 1999, a partir de 1995 foi realizado um período de cogestão, com o Sindicato de Metalúrgicos do ABC, os trabalhadores, representados sob a figura da Associação de empregados na Conforja (Assecon) e os então donos. Todos esses entes contavam com o apoio da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão de Participação Acionária (Anteag).

Pires e Lima (2017) descrevem que esse período foi de pleno descrédito: as ações decididas em comum acordo não eram implementadas pelos donos, os conflitos entre as partes se acentuaram e a sensação generalizada dos trabalhadores eram de que estavam sendo ludibriados, pois as decisões importantes continuavam sendo tomadas pela administração e os funcionários tinham pouco acesso às informações.

Foi um pequeno grupo de trabalhadores da Conforja, após o total fracasso total da cogestão que primeiro motivou a criação de uma cooperativa. A união dos funcionários do setor de tratamento térmico acabou por resultar na Coopertratt – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação em Metais. O interessante dessa iniciativa é que com o assentamento da Cooperativa, foi firmado um contrato de arrendamento entre a empresa e Coopertratt, passando controle de todas as atividades do setor. Os resultados em termos de remuneração foram significativos (ODA, 2001).

O sucesso da Coopertratt motivou a criação de três outras cooperativas, também divididas em unidas funcionais da empresa. A Cooperlafe - Cooperativa Industrial de Trabalhadores de Laminado de Anéis e Forjados Especiais, foi a primeira, criada em março de 1998. Em abril foram criadas a Coopercon - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Conexões Tubulares e a Cooperfor - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria (PIRES e LIMA, 2017).

É a junção dessas cooperativas autônomas, porém trabalhando alinhadas, em um objetivo comum, que forma em 1999 a Uniforja, com a definitiva falência da Conforja.

Em reportagem ao jornal Folha de São Paulo, vê-se que o início da Uniforja foi muito complicado. Po causa do imenso passivo que havia sido contraído pela Conforja, os funcionários encontravam-se com FGTS atrasado, os compradores sumiram e os funcionários eram obrigados a contentar-se com

vales de R\$ 10 – R\$ 20 diários, o faturamento era baixo, de forma que poucas máquinas eram mantidas em funcionamento. Recuperar a credibilidade ante o mercado e os próprios cooperados em tempo crise foi bastante difícil (KOTSCHO, 2001).

Demorou dois anos até que a cooperativa se normalizasse. Em 2001 já tinha recuperado 60% de sua capacidade produtiva, e já permitia retiradas de sobras aos seus cooperados que totalizavam quantias de 20 a 30% maiores que os salários regulares da metalurgia (KOTSCHO, 2001).

Houve dois aportes grandes de recursos do BNDES na Uniforja para impulsionamento de atividades, um de R\$ 28 milhões em 2003 e outro de R\$ 15 milhões, em 2006. O primeiro financiamento foi direito para a massa falida, os funcionários deixaram de arrendar os meios de produção e se tornaram donos e integralizaram as pendências trabalhistas de funcionários que não quiseram partir para a cooperativa. Já o segundo foi utilizado para expansão industrial (UNISINOS, 2013).

Atualmente o resultado da Uniforja saltou para além de R\$ 280 milhões, com investimentos regulares em desenvolvimento e pesquisa e na aquisição de maquinário para aumentar seu grau de competitividade e eficiência, com um portfólio que supera 5 mil itens em setores que vão desde petroleiro à indústria naval (Unisol, 2015). Nuzzi e Oliveira (2011) destacavam que já em 2011 a empresa era a maior fonte de ICMS do município de Diadema e a maior produtora de anéis, flanges e conexões de aço forjado da América Latina.

O funcionamento da Uniforja é bastante uniforme no que se refere à gestão. Todos os trabalhadores recebem a mesma participação da empresa, a despeito do cargo desempenhado, todas as grandes decisões são tomadas em assembleia e grandes investimentos, obras e até a direção da empresa são definidos em votação na qual os cotistas têm votos com o mesmo peso (Konchinski, 2014).

A Uniforja também parece ser grande incentivadora de cooperativas de crédito. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (2006) e Cyrillo (2014) descrevem que há mais de dez anos a Uniforja sagra parcerias com cooperativas de crédito para seus trabalhadores. Nelas eles podem tomar empréstimos pessoais a taxas de juros mais baixas e realizarem demais operações com taxas também mais baixas que o convencional.

Para financiamento da cooperativa em si, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC dispõe de um convênio com a MetalCred, para cessão de crédito para expansão, aquisição de maquinário e demais necessidades de investimentos (SMABC, 2015).

Sobre a questão estrutural do Estado de São Paulo referente ao Cooperativismo, não há exatamente uma política pública de incentivo a ele, mas há a lei 12.226 de 2006, a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, nela estipulam-se marcos importantes, como o respaldo legal para preferência de cooperativas para execução de serviços alguns essenciais, como reciclagem de lixo, a prerrogativa de estabelecimento de firmamento de convênios entre o poder público estadual e cooperativas de crédito para funcionalismo do setor cooperativo (ALESP, 2006).

No decreto 54.130, de 2009, que regulamenta a lei 12.226/2006, tem-se estipulado que o governo do Estado de São Paulo deverá mobilizar suas secretarias de Agricultura e Abastecimento, Educação e Fazenda para a auxiliar as cooperativas em elaboração de projetos, propor e formular políticas públicas de incentivo, assessoria técnica, desenvolvimento de processos participativos por meio de atividades educativas, proposição de parcerias com órgãos públicos e entidades e inclusive suas reproduções em escolas públicas (ALESP, 2009).

As tabelas 11 e 12 apresentam os resultados encontrados, em face dos elementos previamente destacados como sendo interessantes à análise tanto do ponto de vista do usuário quanto institucional.

Tabela 11 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Uniforja – visão do usuário

Elementos	Uniforja
Classificação da atividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviço ou trabalho a terceiros
Estrutura do empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Profissionalizado, com distinções entre os patrimônios dos cooperados e da cooperativa

Presença de cadeia de suprimentos solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Não há presença de cadeia de suprimentos solidária
Apoio na elaboração de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos são concebidos no ano anterior de sua execução e dispostos nos relatórios administrativos
Presença de instituições de finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Há diversas cooperativas no Estado de São Paulo, algumas inclusive ligadas ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Grau de solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Grau moderado de solidariedade, com autogestão, decisões tomadas via assembleia e com destinações de sobras decididas coletivamente

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 12 - Elementos que facilitam a obtenção de crédito - Caso Uniforja – visão institucional

Elementos	Uniforja
Métodos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • BNDES, Cooperativas de crédito e recursos próprios
Existência de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> • lei 12.226 de 2006 e decreto 54.130, de 2009
Linha de crédito específica	<ul style="list-style-type: none"> • Há preferência e facilitação na MetalCred
Taxa de juros aplicada ao projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Não encontrada
Prazo de carência	<ul style="list-style-type: none"> • Não encontrado

Fonte: elaborado pelo autor.

O caso da Uniforja mostra bem as dificuldades que tão constantemente se impõem às empresas recuperadas que funcionam à base de autogestão. Até que se firme definitivamente passa por períodos de descrença, dúvidas dos cooperados sobre a real efetividade da cooperativa e a viabilidade econômica. Seguramente todo o apoio do Sindicato e a mobilização dos aparatos governamentais para resgate financeiro da Uniforja foram essenciais para a sobrevivência desse empreendimento. Tendo-se em vista o momento do pós-falência, dificilmente teriam podido pleitear essas quantias junto às instituições tradicionais bancárias.

5.5 Síntese de validação dos elementos

Em posse da aplicação da contribuição propositiva para mitigação dos problemas creditícios de empreendimentos de economia solidária, pode-se dizer que a mesma tenha sido bastante profícua. Com ela foi possível constatar que os elementos são factíveis com a realidade e possuem respaldo em casos práticos, uma vez que todos os elementos, em maior ou menor quantidade, foram encontrados. As tabelas 13 e 14 evidenciam as sínteses das validações dos elementos, em que os “X” demonstram quando os elementos foram encontrados e os “NE” os não-encontrados.

Tabela 13 - Síntese de validação dos elementos - Visão do Usuário

Elementos	Aurora	Mondragón	Coopercojal	Uniforja
Classificação da atividade econômica	X	X	X	X
Estrutura do empreendimento	X	X	X	X
Presença de cadeia de suprimentos solidária	X	X	X	X
Presença de instituições de finanças solidárias	X	X	X	X

Apoio na elaboração de projetos	X	X	X	X
Grau de solidariedade	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14 - Síntese de validação dos elementos - Visão Institucional

Elementos	Aurora	Mondragón	Cooperccocal	Uniforja
Métodos de financiamento utilizados	X	X	X	X
Taxa de juros aplicada aos projetos	X	X	NE	NE
Existência de Políticas Públicas locais	X	NE	X	X
Linha de crédito específica	X	X	X	NE
Prazos de carência	X	NE	NE	NE

Fonte: Elaboração própria

É fato que há maior facilidade em se encontrar as informações sobre a visão de usuário, pois elas normalmente estão portais para validação, inclusive no que se refere a sua não-existência. Os elementos de visão institucional são um pouco mais difíceis pois nem sempre estão divulgados nos portais das cooperativas.

O fato desses elementos não terem sido encontrados não elimina sua validade, apenas revela uma dificuldade pontual de se terem disponibilizados esses dados pelas EES. Não é possível entender uma cessão creditícia sem elementos básicos, como taxas de juros, linhas de crédito específicas e prazos de carência, por exemplo.

A aplicação serviu para demonstrar pontos fortes e interessantes acerca de cada um dos quatro casos estudados, pois foi possível notar que os

elementos inicialmente elencados são de relevância aos EES e que possuem grande valia, quando completamente preenchidos, para servir como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão, haja vista que dá uma visão bastante ampla de pontos internos e externos, bem como um panorama de pontos em que devem ser despendidos esforços ao fim de fortalecer a cooperativa.

Do primeiro caso, o da Aurora, foi possível tomar como experiência positiva as surpreendentes informações acerca de seu tamanho colossal, com presença em 500 municípios, 72 mil famílias associadas e 26 mil cooperados, sem que houvesse perdas em seus princípios cooperativistas, bem como a comprovação de que redes solidárias são efetivas e trazem louros. Interessante fato é como a recuperação de empresas falidas pela Aurora se dá contando exclusivamente com financiamento público, com linhas de crédito específicas e sem utilização de intermediários cooperativos.

Já com relação a Mondragón, seu modelo “exportável” de cooperativismo é um marco, a ponto de ter proporcionado ao conglomerado presença em diversos países, localidades e agremiando pessoas de diferentes culturas em prol de um ideal comum, o cooperativista. Entretanto algumas questões imperativas se impõem com relação ao complexo cooperativo: ele é um ponto fora da curva habitual dada a forma com que se formou, porém seria viável ter alguma similaridade de operação hoje em dia, isto é, demais cooperativas conseguiriam também formar um banco, fazê-lo viável e plenamente funcional aos interesses da corporação? Que possibilidade teria Mondragón de sobreviver se não contasse com esse recurso próprio?

Coopercocal relevou como a boa aplicação dos princípios cooperativistas pode ser benéfico tanto para a cooperativa quanto para a sociedade. Seus investimentos em educação e projetos sociais causam grande aproximação para com a população, além de um apelo social muito intenso. Sua constituição em fundos de reserva obrigatórios, aplicados e divulgados em em balanço também se mostram um ponto forte, pois garante que um depósito compulsório está sendo gerido para fim de mitigação de crises. Contudo, não foi tão fácil achar dados relativos a sua saúde financeira e estruturação interna, o que pode ter complicado um pouco a análise de seus dados.

Finalizando, na Uniforja tem-se a total visão de todo o processo de uma empresa recuperada, desde a questão de recobrar a confiança dos cooperados

até a reativação econômica do empreendimento. Além do que, é possível verificar que mesmo tomando proporções grandes não perdeu sua essência cooperativista, com o destino da Uniforja sendo decidido em assembleias, a gestão sendo fortemente praticada e as divisões de excedentes aos cooperados com valores bem acima da média de mercado.

Os casos estudados, como pode ser observado, serviram para corroborar a real necessidade e efetividade de uma contribuição propositiva que possa pelas vias de usuário e institucionais reduzir problemas creditícios das cooperativas.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE NOVOS TRABALHOS

Ante o conteúdo exposto, tendo-se em vista toda a pesquisa realizada e pela contribuição elaborada com base no material levantado, é possível de se concluir que o presente trabalho se apresenta como útil, tanto para novos empreendimentos de economia solidária, como para todos aqueles que venham eventualmente a se deparar com problemas creditícios, na capacidade de auxiliar o processo decisório a fim de se mitigar as variáveis críticas para esse tipo de problema.

Não é possível crer que seja possível considerar um cenário em que não se considerem os elementos institucionais e de usuário elencados como relevantes neste trabalho. Análises sobre existência de políticas públicas locais, com linhas de crédito específica, bem como a disponibilidade de instituições de finanças solidárias nas proximidades do empreendimento. Taxas e prazos aplicados às tomadas de crédito, por exemplo, são informações que devem obrigatoriamente fazer parte daquilo que fundará uma tomada de decisão para uma possível cessão creditícia. E não apenas isso, mas também os aspectos endógenos, como a estrutura do empreendimento e seu entendimento para elaboração de projetos.

Contudo a contribuição propositiva ainda possui grandes espaços para aperfeiçoamento, uma vez que outros elementos são passíveis de serem incorporados a medida que novos casos realizem novas aplicações e deparem-se com realidades distintas das quais fizeram parte do universo de análise deste trabalho.

Um questionamento torna-se imperativo ao se analisar os quatro casos em questão. Mondragón e Aurora não são empreendimentos com autogestão e que mais se assemelhavam a grandes corporações capitalistas, talvez híbridos de valores do cooperativismo. Seria esse um dos motivos de possuírem facilidades de obtenção creditícia? Até que ponto a autogestão influencia por si só positiva ou negativamente os pleitos de empreendimentos?

Como maneira de acrescentar novo panoramas ao trabalho, empreendimentos de economia solidária de realidades distintas, com tamanhos diversos e com natureza de atividades adversas às dos quatro casos apresentados seriam bons exemplos de novas perspectivas a serem exploradas,

inclusive como temática para trabalhos futuros. Outra sugestão para estudos vindouros seria acompanhar em um caso real a aplicação da contribuição, verificando ali prontamente as dificuldades e facilidades presentes na utilização.

A medida que novas aplicações ocorram, mais enriquecedor será, retroalimentando o que se tem de consolidado nesse momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Planeta Sustentável, 2015.

ADDOR, F. **Desafios da economia solidária: uma sistematização da literatura existente**. Disponível em: <www.soltec.poli.ufrj.br/.../Desafios_da_Economia_Solidaria_no_Brasil_NESOL.doc> Acesso em: 25 fev. 2017.

ALESP. **Decreto 54.103, de 12/03/2009**. Regulamenta a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54103-12.03.2009.html>> Acesso em: 03 ago. 2018.

_____. **Lei no. 12.226, de 11/01/2006**. Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/59915>> Acesso em: 03 ago. 2018.

ALONSO, A.C. **Mondragon Corporacion Cooperativa “história de una experiencia”**. Disponível em: <<http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/44/44323357.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2018.

AMADO, N.B.; MEZA, C.G.; SAUER, I.L. Testing alternative models in sustainability economics: Baumol versus Georgescu-Roegen. **Desenvolvimento e meio ambiente** [on-line], 2017. v.42, p.1-19, dez/2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322100804_Testing_Alternative_Models_in_Sustainability_Economics_Baumol_versus_Georgescu-Roegen> Acesso em: 01 set. 2018.

AQUINO, Y. **Especialistas defendem a ações de economia solidária como alternativa para crise.** Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/especialistas-defendem-acoes-de-economia-solidaria-como-alternativa-para> > Acesso em: 03 set. 2017.

ARROYO, J.C.T.; SCHUCH, F.C. **Economia popular e solidária, a alavanca para um desenvolvimento sustentável.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

AURORA. **Aurora anuncia compra da indústria de suínos da antiga Chapecó Alimentos.** Disponível em: < <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/noticia/342/aurora-anuncia-a-compra-da-industria-de-suinos-da-antiga-chapeco-alimentos> > Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Aurora anuncia compra das indústrias de Cotrel de Erechim.** Disponível em: < <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/noticia/416/aurora-anuncia-compra-das-industrias-da-cotrel-de-erechim> > Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Aurora recebe prêmio pelo desempenho financeiro na AveSui 2016.** Disponível em: < <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/noticia/371/aurora-recebe-premio-pelo-desempenho-financeiro-na-avesui-2016> > Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Cooperativismo.** Disponível em: < <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/cooperativismo> > Acesso em: 12 dez. 2017.

BANCO CENTRAL. **Estatísticas monetárias e de crédito.** Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp> > Acesso em: 06 out. 2018.

_____. **Introdução ao microcrédito.** Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf> > Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp> > Acesso em: 2 fev. 2018.

BANCO DO BRASIL. **Cooperativas demais ramos.** Disponível em: < <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/empresas/produtos-e-servicos/credito/obter-capital-de-giro#/> > Acesso em: 02 ago. 2018.

BANCO PALMAS. **Boletim de Atividades.** Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/numeros/> > Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. **Lei Moeda Social Mumbuca – RJ.** Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/lei-moeda-social-mumbuca-marica-rj/> >. Acesso em: 05 mar. 2017.

BARROS, J. A. **Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: Revisitando Charles Fourier.** Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/7752> > Acesso em: 17 abr. 2017.

BAUMOL, W.J. On the possibility of continuing expansion of finite resources. **Kyklos.** v.39, p.167-179, 1986. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6435.1986.tb00766.x> > Acesso em: 10 set. 2018.

BEATRIZ, M.Z. **Economia solidária os caminhos da autonomia coletiva.** Curitiba: Juruá, 2012.

BENINI, E. A.; BENINI, E.G. **As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia**

solidária. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/osoc/v17n55/02.pdf > Acesso em: 03 jun. 2017.

BENITES, L.L.L.; POLO, E.F. **A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e a aplicação do triple bottom line na Maisa.** Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reaufsm/article/viewFile/8879/pdf> > Acesso em: 17 set. 2017.

BNDES. BNDES Microcrédito. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-microcredito-instituicao> > Acesso em: 02 out. 2017.

_____. **PRODECOOP.** Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/prodecoop> > Acesso em: 23 mar. 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade – O que é – O que não é.** 4ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BORDET, Y. **Pour l'autogestion.** Paris: Editions anthropos, 1974.

BRDE. **BRDE financia R\$ 46,9 milhões para investimentos da Aurora Alimentos.** Disponível em: < <http://www.brde.com.br/noticia/brde-financia-r-496-milhoes-para-investimentos-da-aurora-alimentos/> > Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm > Acesso em: 12 dez. 2018.

CARRERI, M.L. **Aguilha no palheiro**. 1ª ed. Londrina: Eduel, 2017.

CARVALHO, K.L. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile**. Disponível em: <
<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf> >
 Acesso em: 10 jun. 2018.

CHAVES, S.S. **O panorama do microcrédito no Brasil**. Disponível em: <
www.apec.unesc.net/.../PANORAMA%20DO%20MICROCRÉDITO%20NO%20BRA..> Acesso em: 19 mar. 2017.

CINELLI, C.L.K.; ARTHMAR, R. Quando o liberal e o socialista se defrontam: Bastiat, Proudhon e a renda do capital. **Nova economia**. vol. 20 no. 3 Belo Horizonte Set./Dec. 2010

COOPERCOCAL. Coopercocal e sua história. Disponível em: <
<http://www.coopercocal.com.br/site/historico-2/> > Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Coopercocal realiza mais uma etapa do Programa de eficiência energética**. Disponível em: <
<https://www.eletronbras.com/pci/main.asp?View=%7BF5EAADD6-CCB0-4E29-A0C4-482D3D66BB65%7D&Team=¶ms=itemID=%7B7826586D-C561-4C4C-BB21-DB5BAC61AAF4%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D> > Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Missão, visão e política de qualidade**. Disponível em: <
<http://www.coopercocal.com.br/site/missao/> > Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Relatório do conselho de administração 2015**. Disponível em: <
<http://www.coopercocal.com.br/site/wp-content/uploads/2012/08/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Conselho-de-Administra%C3%A7%C3%A3o-2015-Regulat%C3%B3rio-2.pdf> > Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Relatório do conselho de administração 2016.** Disponível em: < <http://www.coopercocal.com.br/site/wp-content/uploads/2012/08/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Conselho-de-Administra%C3%A7%C3%A3o-2016-Societ%C3%A1rio.pdf> > Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Relatório do conselho de administração 2017.** Disponível em: < <http://www.coopercocal.com.br/site/wp-content/uploads/2018/05/Relat%C3%B3rio-anual-do-Conselho-de-Administra%C3%A7%C3%A3o-2017-Societ%C3%A1rio.pdf> > Acesso em: 02 ago. 2018.

COSTA, E.H.S. **A experiência da fábrica recuperada Uniforja: autogestão ou heterogestão?** In: Congresso brasileiro de sociologia. Anais, 2009, URFJ, Disponível em: < www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task... > Acesso em: 02 ago. 2018.

COUTRIM, S.L.; GOUVEIA, P.; LIMA, G. B.A. Análise do modelo triple bottom line: conceito histórico e estudo de casos. **III CNEG.** 2006. Disponível em: < <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/9852> > Acesso em: 01 mai. 2017.

CUNHA, G.C. **Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária.** In: SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. Uma outra economia é possível. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

DIAS, A.A.B.; CUNHA, F.C.; MASCARENHAS BISNETO, J.P. **A economia solidária na estrutura organizacional do Estado brasileiro.** Disponível em: < http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2014/anais-2014/h01.pdf > Acesso em: 20 abr. 2017.

DUARTE, G.R.; SILVIA, S.S.; MACHADO, J.C. Triple bottom line: aplicação na análise da sustentabilidade das políticas públicas para o agronegócio. **ENGEMA, 2013.** Disponível em: < <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/113.pdf> > Acesso em: 03 mai. 2017.

DUPUIS, S. Robert Owen: **socialiste utopique (1771 – 1858)**. Paris: Centre National de la recherche scientifique, 1991.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESTAYO, S. **Empresas recuperadas pelos trabalhadores no primeiro período do governo Lula (2003 – 2007)**. (Dissertação). Orientadora: Orchard, M.S.E. Sociologia política, UFSC, 2017.

FELISBERTO, D. **Novo presidente da Coopercoocal é eleito com 63,16% dos votos**. Disponível em: < <http://www.clicatribuna.com/noticia/politica/novo-presidente-da-coopercoocal-e-eleito-com-63-16-dos-votos-1349> > Acesso em: 15 jan. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Cad. EMBRAPE, v.2. n1. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100004 > Acesso em: 09 set. 2017.

_____. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários: Documento de trabalho** – Papel dos Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento na visão da sua rede. Versão inicial para discussão interna. Salvador, 2010

FARIA, J.; LUCAS, F. **Cooperativas de segundo nível versus fusões**. Disponível em: <

http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/109/1/JorgeFaria_FernandoLucas_CICES_2003.pdf > Acesso em: 06 jun. 2018.

FARIA, M.S. **Autogestão, coopertiva, economia solidária: avatares do trabalho e do capital.** Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/laept/wp-content/uploads/2014/08/Maur%C3%ADcio-Sard%C3%A1-Autogest%C3%A3o-Cooperativa-e-Economia-Solid%C3%A1ria.pdf> > Acesso em: 21 abr. 2017.

FIORE, S. **Economia solidária e a construção da cultura da solidariedade na organização do trabalho.** Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362341080_ARQUIVO_Economiasolidariaeaconstrucaodaculturadasolidariadenaorganizaodotrabalhoo.pdf > Acesso em: 01 jun. 2018.

FRANÇA FILHO, G.C.; SILVA JÚNIOR, J.T.; RIGO, A.S. **Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000300013 > Acesso em: 26 fev. 2017.

GAIGER, L. I. **A economia solidária e o método de produção capitalista.** Leituras cotidianas, n. 127, jan. 2005.

_____. **Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre Economia Solidária.** Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.814.09/4156> > Acesso em: 03 set. 2017.

GAIGER, L.; LAVILLE, J.L. Economia Solidária. In A, Cattani et al. (orgs) **Dicionário internacional de outra economia.** Pp. 162 – 168. Coimbra, Almedina, 2009.

GALLO, I. **A cosmogonia de Charles Fourier: a reconstrução do mundo em utopia e ficção científica.** Disponível em: < <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3405/3398> > Acesso em: 17 abr. 2017.

GEORGES, M. R. R.. Cadeias de suprimentos solidárias: um estudo exploratório e multicaso. In: **XVENGEMA - Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2013, São Paulo. Anais do XV Engema, 2013. v. 1. p. 3326-3343.

_____. Um novo tipo de cadeia de suprimentos: a cadeia de suprimentos solidária. In: **SIMPOI**, 2011, São Paulo. Anais do SIMPOI2011, 2011.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Feasible recipes versus viable technologies. **Atlantic Economic Journal**. V.12, p. 21-31, 1984. Disponível em: < http://www.georgescuroegen.org/wp-content/uploads/2016/10/1984_Feasible-recipes-ViableTechnologies.pdf > Acesso em: 05 set. 2018.

_____. The entropy law and the economic process. Cambridge, Mass:Harvard University Press, 1971.

GLÉMAIN, P. Proudhon et la banque du peuple. **Revue internationale de l'économie sociale**. Disponível em: < <http://recma.org/actualite/proudhon-et-la-banque-du-peuple> > Acesso em: 2 jun. 2018.

GONÇALVES, A. F. **A história dos fundos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública.** Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/viewFile/1118/861> > Acesso em: 03 mar. 2017.

GUIDO. **CooperCocal.** Disponível em: < <http://www.guido.org.br/projeto/coopercocal-2> > Acesso em: 14 jan. 2018.

GUTIERREZ, G. L. Proudhon encontra Fernando Prestes na sala dos espelhos. **Revista ORG & DEMO**. V.9, n 1 / 2 (2008). Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/49> > Acesso em: 03 mai. 2018.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**. n.118, p. 189-205, março/2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> > Acesso em: 10 abr. 2017.

KASMIR, S. **The myth of Mondragón. Cooperativas, politics, and working-class life in a Basque Town**. Nova Iorque: SUNY Press, 1996.

KONCHINSKI, V. **Cooperativas assumem comando de empresa para manter trabalho de funcionários**. In: Agência Brasil. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-01-29/cooperativas-assumem-comando-de-empresas-para-manter-trabalho-de-funcionarios> > Acesso em: 02 ago. 2018.

KOTSCHO, R. **Operários salvam e tocam fábricas falidas**. In: Folha do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2907200118.htm> > Acesso em: 02 ago. 2018.

KUYVEN, P.S.; KAPPES, S.A. **Relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil**. Disponível em: < sies.ecosol.org.br/images/rulescoop-kuyven.kappes.pdf > Acesso em: 04 mar. 2017.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8a Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

LEMAÎTRE, Andreia.; HELMSING, Bert. Solidarity economy in Brazil: movement, discourse, and practice analysis through a polanyan understanding of the economy. *Journal of international development*. 2012. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.2865> > Acesso em: 08 ago. 2017.

LISBOA, A.M. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf > Acesso em: 24 fev. 2017.

LOBO, C.G.A. **Reconhecimento e desigualdade no mercado de microcrédito no Brasil**. Disponível em: < periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/download/11776/8283 > Acesso em: 19 mar. 2017.

LOCKS FILHO, P. **Democracia e economia solidária: uma análise dos processos de tomada de decisão em empreendimentos econômico solidários**. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54074/000837547.pdf?sequence=1> > Acesso em: 21 abr. 2017.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília, Editora Confabras, 2013.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, nº 16, 2004.

Ministério do Trabalho. **Apoio e fomento as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário**. Disponível em: <

<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/orientacao/FomentoFinancasSolidarias.pdf> > Acesso em: 09 fev. 2017.

_____. **Economia solidária.** Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria> > Acesso em: 09 abr. 2016.

MONDRAGON. **História.** Disponível em: < <https://www.mondragon-corporation.com/experiencia-cooperativa/historia/> > Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Indicadores econômicos.** Disponível em: < <https://www.mondragon-corporation.com/pt-pt/sobre-nos/indicadores-economicos/> > Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Magnitudes econômicas.** Disponível em: < <https://www.mondragon-corporation.com/sobre-nosotros/magnitudes-economicas/informe-anual/> > Acesso em: 20 jan. 2018.

MONTEAGUDO, R.M.T. **Economia solidária: novas regras.** São Paulo: iEditora, 2002.

MORAES, E.C.; NOGUEIRA, A.M.; VIEIRA, R. M.L. **Banco Grammen e bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise comparativa.** Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/viewFile/20381/19164> > Acesso em: 13 out. 2017.

NUZZI, V.; OLIVEIRA, C. **Deixa com eles.** In: Rede Brasil Atual. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/55/deixa-com-eles> > Acesso em: 02 ago. 2018.

OCB. **História do cooperativismo brasileiro.** Disponível em: < <http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo> > Acesso em: 01 out. 2017.

ODA, N.T. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação.** (Dissertação) Orientador: SALERNO, M.S.

Disponível em: < <http://pro.poli.usp.br/dissertacao/gestao-e-trabalho-em-cooperativas-de-producao-dilemas-e-alternativas-a-participacao/> > Acesso em: 02 ago. 2018.

OLIVEIRA, B.M. **A (r)evolução das moedas sociais: do PalmaCard ao E-dinheiro.** Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/moedas-TRANSI%C3%87%C3%83O-vers%C3%A3o-final.pdf> > Acesso em: 06 mar. 2017.

OLIVEIRA, R.S.; SANTOS, J.L. Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo – uma análise do controle do Estado no espaço agrário brasileiro. **Revista casa da geografia.** V.14, n.1. 2012. Disponível em: < <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/14> > Acesso em: 21 jul. 2017.

OLMOS, M. **Operários viram donos com crédito do BNDES.** In: Instituto humanitas Unisinos. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/521218-operarios-viram-donos-com-credito-no-bndes> > Acesso em: 02 ago. 2018.

ORTELLADO, P. **Mondragón e os impasses do cooperativismo.** In: SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. Uma outra economia é possível. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

PAULA, C.G. **Bancos comunitários, organizações de solidariedade?** Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/Bancos-comunit%C3%A1rios-organiza%C3%A7%C3%B5es-de-solidariedade.pdf> > Acesso em: 05 mar. 2017.

PINHO, D.B. **O cooperativismo de crédito no Brasil.** Brasília, Ed. Confabras, 2004.

PINTO, F.C. **A história do cooperativismo sob a perspectiva utópica.** Disponível em: <

www.fat.edu.br/revistas/files/journals/1/articles/6/submission/layout/6-47-1-LE.doc > Acesso em: 16 abr. 2017.

PIRES, A.S.; LIMA, J.C. Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.30, n.79, p.69-87, jan/abr 2017.

PITAGUIRI, S.O; SANTOS, L. M. L.; CÂMARA, M. R. G. **Panorama da economia solidária no Brasil**. In: PITAGUIRI, S.O.; CORDEIRO, S.M.A; LANZA, L.M.B. **A sustentabilidade da Economia Solidária**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina: 2012.

PORT, M. **Expressão do cooperativismo gaúcho 2017**. Disponível em: < http://www.ocergs.coop.br/arquivos/Expressao_Cooperativismo_Gaucho_2017.pdf > Acesso em: 29 jul. 2017.

PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Depósitos: Participação de mercado das instituições financeiras cooperativas ultrapassa 6%**. Disponível em: < <http://cooperativismodecredito.coop.br/2016/09/depositos-participacao-de-mercado-das-instituicoes-financeiras-cooperativas-ultrapassa-6/> > Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. **Sicoob registra ativos de R\$ 83,4 bilhões no primeiro semestre de 2017**. Disponível em: < <http://cooperativismodecredito.coop.br/2017/08/sicoob-registra-ativos-de-r-834-bilhoes-no-primeiro-semester-de-2017/> > Acesso em: 27 ago. 2017.

QUEIROZ, M.V. **Fourier e o Brasil**. Disponível em: < www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18618/20681 > R. História, São Paulo, n.122, p. 5-15, jan/jul, 1990. Acesso em: 08 mar. 2018.

RANGEL, R.R.; MANOLESCU, F.M.K. **Economia solidária pela perspectiva histórico-teórica**. Disponível em: <

<http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero08/economiaSolidaria.pdf> >
Acesso em: 15 abr. 2017.

REDE BRASIL ATUAL. **Empreendimentos de economia solidária representam 8% do PIB brasileiro.** Disponível em: <
<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2014/07/empreendimentos-da-economia-solidaria-geram-8-do-pib-brasileiro-6443.html> > Acesso em: 03 set. 2017.

RIGO, A. S.; FRANCA FILHO, G. C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2017, vol.15, n.1, pp.169-193. ISSN 1679-3951. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512017000100011&script=sci_abstract&lng=pt > Acesso em: 03 mai. 2018.

RIGO, A.S.; FRANÇA FILHO, G.C.; LEAL, L.P. **Os bancos comunitários de desenvolvimento do Nordeste na Política Pública de Finanças Solidárias: apresentando a realidade e discutindo proposições.** Disponível em: <
www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB452.pdf > Acesso em: 01 mar. 2017.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTANA, C. A.; GUZMÁN, I.P.R. Uma leitura das finanças solidárias como alternativa de acesso ao crédito para a população de baixa renda. Disponível em: <
www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB2853.pdf > Acesso em: 01 mar. 2017.

SANTANDER. **Financiación para Cooperativas.** Disponível em: < <https://www.bancosantander.es/es/empresas-advance/espacios-a-medida/agro/cooperativas-tu-financiacion> > Acesso em: 27 mar. 2018.

SANTOS, C.A. Análise de impactos socioeconômicos do microcrédito: dificuldades metodológicas e analíticas. **Rev. Adm. Pública.** v.41, no.1, Rio de Janeiro. Jan/Fev, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000100009 > Acesso em: 05 jul. 2017.

SANTOS, C.S. Economia Solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira. **Universidade Federal do Pará.** [tese de mestrado, 2010] orientadora: MATHIS, A.A. Disponível em: < <http://www.ppgdstu.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vinicius%20Correia%20Santos.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2018.

SANTOS FILHO, C. *et al.* Fundo rotativo solidário do Fórum da Economia do Negro: uma experiência de finanças solidárias com recorte racial em Fortaleza, Ceará. **Cadernos de gestão social.** V.3, no.2., jul/dez 2012. Disponível em: < www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/291/230 > Acesso em: 08 set. 2017.

SEYFANG, G. Growing sustainable consumption communities: The case of local organic food networks. **International Journal of Sociology and social policy [online].** 2007, v. 27. P. 120 – 134. Disponível em: < <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/01443330710741066> >. Acesso em: 07 maio 2018.

SENAES. **Atlas Digital da Economia Solidária.** Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/atlas> > Acesso em: 04 abr. 2017.

SILVA, G.M. **Falanstério do Saí: uma experiência utópica em Santa Catarina.** Disponível em: < seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/download/41/47 > Santa

Catarina em história – Florianópolis – UFSC – Brasil, vol1., n.1, 2007. Acesso em: 08 mar 2018.

SILVA, S.P.; CARNEIRO, L.M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate**. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_econ02 > Acesso em: 05 mar. 2017.

SILVA JÚNIOR, J.T.; GONÇALVES, S.M.S.; CALOU, A.L. **Os Bancos Comunitários como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico de Territórios: Investigando as Singularidades destas Experiências de Finanças Solidárias**. Disponível em: < www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2557.pdf > Acesso em: 13 out. 2017.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. **Cooperativa de crédito: acordo beneficia celetistas na Uniforja**. Disponível em: < http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=6943&id_SUN=130 > Acesso em: 02 ago. 2018.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. (org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Economia solidária versus economia capitalista**. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005 > Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Finanças solidárias e Moeda Social**. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B. (Coord). *Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

SMABC. **Associe-se à Metalcred.** Disponível em: < http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=1977 > Acesso em: 06 ago. 2018.

SOLOW, R. An almost practical step towards sustainability. **Resources Policy**. V.19, n.3, p. 162 – 172, sept. 1993.

SOUZA, A. R. **Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho.** In: SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. Uma outra economia é possível. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

SUPLICY, E. **Renda básica de cidadania, a resposta dada pelo vento.** Brasília: L@PM, 2014.

UNISOL. **Modernizar-se para competir.** Disponível em: < <http://www.unisolbrasil.org.br/modernizar-se-para-ser-competitiva/> > Acesso em: 02 ago. 2018.

VALENTIN, F.F.; SERRA, N. **O acesso ao crédito pela economia solidária: cenário de restrição num universo de expansão.** Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20%20CONITER/GT07%20Economias%20e%20trabalho/O%20ACESSO%20AO%20CR%20C9DITO%20PELA%20ECONOMIA%20SOLID%20C1RIA%20CEN%20C1RIO%20DE%20RESTRIC%20NUM%20UNIVERSO%20EM%20EXPANS%20- %20trabalho%20completo.pdf> > Acesso em: 17 out. 2017

WELLEN, H.A.R. **Contribuição à crítica da “economia solidária”.** Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/4761/4042> > Acesso em: 25 fev. 2017.

WOLLER, G.; PARSONS, R. Assessing the Community economic impact of nongovernmental development organizations. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**. V.31, no.3. Setembro/2002. Disponível em: <

<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0899764002313006> > Acesso em: 20 out. 2017.

WOCCU. 2016 **statistical report**. Disponível em: < https://www.woccu.org/documents/2016_Statistical_Report > Acesso em: 01 out. 2017.

ZAAR, M.H. **Dos socialismos utópico e revolucionário à economia solidária**. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1181/503> > Acesso em: 15 abr. 2017.

ZUBELLI, L.M.R.A. **Perspectivas do microcrédito para a redução da pobreza no Brasil**. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/LUANA_MARA_RUFINO_ALVES_ZUBELLI.pdf > Acesso em: 26 set. 2017.